Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

Proventos em Dinheiro 2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 3

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 8

Demonstração do Fluxo de Caixa 9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 10

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 11

Demonstração do Valor Adicionado 12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo 13

Balanço Patrimonial Passivo 14

Demonstração do Resultado 16

Demonstração do Resultado Abrangente 18

Demonstração do Fluxo de Caixa 19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014 20

DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013 21

Demonstração do Valor Adicionado 22

Comentário do Desempenho 23

Notas Explicativas 30

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais 87

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes 90

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva 91

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 92

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes 93

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/06/2014
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	652.742.192
Preferenciais	0
Total	652.742.192
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	25/10/2013	Juros sobre Capital Próprio	28/02/2014	Ordinária		0,37503
Assembléia Geral Ordinária	08/04/2014	Dividendo		Ordinária		0,70745
Reunião do Conselho de Administração	25/07/2014	Dividendo		Ordinária		0,58233

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	10.025.743	10.175.830
1.01	Ativo Circulante	1.432.414	1.737.799
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	567.705	949.470
1.01.03	Contas a Receber	711.823	653.199
1.01.03.01	Clientes	398.768	372.256
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	313.055	280.943
1.01.03.02.01	Dividendos a receber de controladas	81.722	141.342
1.01.03.02.02	Combustível a reembolsar	231.333	139.601
1.01.04	Estoques	67.144	60.864
1.01.06	Tributos a Recuperar	1.180	722
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	1.180	722
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	1.180	722
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	84.562	73.544
1.01.08.03	Outros	84.562	73.544
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	1.672	10
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	82.890	73.534
1.02	Ativo Não Circulante	8.593.329	8.438.031
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	312.331	296.880
1.02.01.03	Contas a Receber	33.751	31.398
1.02.01.03.01	Clientes	33.751	31.398
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	278.580	265.482
1.02.01.09.04	Outros créditos fiscais a recuperar	36.247	26.642
1.02.01.09.05	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.06	Depósitos vinculados	38.664	37.084
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	107.757	105.211
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	9.026	9.659
1.02.02	Investimentos	2.667.179	2.416.266
1.02.02.01	Participações Societárias	2.667.179	2.416.266
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.363.570	2.093.137
1.02.02.01.03	Participações em Controladas em Conjunto	303.609	323.129
1.02.03	Imobilizado	5.603.956	5.713.965
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.355.371	5.527.803
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	248.585	186.162
1.02.04	Intangível	9.863	10.920
1.02.04.01	Intangíveis	9.863	10.920

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	10.025.743	10.175.830
2.01	Passivo Circulante	1.501.763	1.718.050
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.080	63.757
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.080	63.757
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	53.080	63.757
2.01.02	Fornecedores	474.076	281.711
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	474.076	281.711
2.01.03	Obrigações Fiscais	84.121	431.587
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	84.121	431.587
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	105.543	437.854
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-21.422	-6.267
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	200.128	517.411
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	200.128	343.339
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	197.320	342.622
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.808	717
2.01.04.02	Debêntures	0	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	645.536	380.428
2.01.05.02	Outros	645.536	380.428
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	474.537	220.917
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	49.467	47.397
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	47.268	43.799
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	56.640	48.529
2.01.05.02.07	Outros passivos circulantes	17.624	19.786
2.01.06	Provisões	44.822	43.156
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	15.971	14.305
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	96	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	12.875	11.096
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	3.261.738	3.096.407
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.136.460	929.553
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.136.460	929.553
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	574.269	590.164
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	562.191	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.638.923	1.658.490
2.02.02.02	Outros	1.638.923	1.658.490
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.597.936	1.504.431
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	26.405	26.416
2.02.02.02.05	Outras obrigações	14.582	127.643
2.02.03	Tributos Diferidos	111.784	141.042
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	111.784	141.042
2.02.04	Provisões	374.571	367.322
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	187.949	177.654
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.099	20.096
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	7.758	7.146

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	161.092	150.412
2.02.04.02	Outras Provisões	186.622	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	186.622	189.668
2.03	Patrimônio Líquido	5.262.242	5.361.373
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.776.955	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	67.465	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	380.114	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	504.788	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	905.590	2.019.869	797.187	1.740.563
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-788.119	-1.413.503	-282.829	-586.513
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-75.058	-99.363	-23.475	-41.483
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-438.231	-718.065	-4.009	-19.783
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-64.809	-128.054	-58.531	-117.395
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-203.871	-456.377	-190.170	-394.997
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.150	-11.644	-6.644	-12.855
3.03	Resultado Bruto	117.471	606.366	514.358	1.154.050
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.408	3.757	-6.521	6.995
3.04.01	Despesas com Vendas	-2.764	-5.603	-2.710	-5.478
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-45.282	-84.128	-43.440	-81.543
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.194	2.307	684	840
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-805	97	24	-1.958
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	-473	462	82	-1.607
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-332	-365	-58	-351
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	41.249	91.084	38.921	95.134
3.04.06.01	Equivalência patrimonial	42.084	92.754	40.072	97.328
3.04.06.02	Amortização de ágio (direito de concessão)	-835	-1.670	-1.151	-2.194
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	112.063	610.123	507.837	1.161.045
3.06	Resultado Financeiro	-2.624	-93.221	-41.224	-87.018
3.06.01	Receitas Financeiras	90.490	115.072	42.981	60.809
3.06.02	Despesas Financeiras	-93.114	-208.293	-84.205	-147.827
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	109.439	516.902	466.613	1.074.027
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-35.831	-154.245	-142.748	-325.450
3.08.01	Corrente	-30.203	-183.502	-146.090	-320.782
3.08.02	Diferido	-5.628	29.257	3.342	-4.668
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.608	362.657	323.865	748.577
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	73.608	362.657	323.865	748.577

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11277	0,55559	0,49616	1,14682
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11277	0,55559	0,49616	1,14682

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	73.608	362.657	323.865	748.577
4.03	Resultado Abrangente do Período	73.608	362.657	323.865	748.577

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	189.196	825.771
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	751.271	1.301.006
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	516.902	1.074.027
6.01.01.02	Resultado de participações societárias	-91.084	-95.134
6.01.01.03	Depreciação e amortização	195.842	181.355
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	40.902	45.294
6.01.01.05	Juros	86.549	92.481
6.01.01.06	Constituição de provisões operacionais, líquidas	1.796	2.632
6.01.01.07	Outros	364	351
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-562.075	-475.235
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-25.225	44.829
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-91.732	-62.251
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	-10.054	-3.454
6.01.02.04	Estoques	-6.279	-15.194
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	1.141	-20.137
6.01.02.06	Outros ativos	-22.290	27.238
6.01.02.07	Fornecedores	203.663	-32.600
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-423.319	-356.008
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-58.742	-41.937
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	8.099	8.887
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-14.579	-12.629
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-74.395	-5.252
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais e regulatórias	132	1.777
6.01.02.14	Outros passivos	-48.495	-8.504
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-196.479	-145.251
6.02.01	Aplicação em investimentos	-201.559	-19.918
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-95.096	-146.228
6.02.03	Aplicação no intangível	-1.174	-1.044
6.02.04	Dividendos recebidos de controladas	101.350	21.939
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-374.482	-870.334
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	233.854	153.335
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-340.011	-166.604
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-24.550	-1.435
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-243.737	-855.630
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-38	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-381.765	-189.814
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	949.470	736.317
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	567.705	546.503

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-461.788	0	0	-461.788
5.04.09	Dividendos	0	0	-461.788	0	0	-461.788
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	362.657	0	362.657
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	362.657	0	362.657
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.171	17.457	-22.628	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.171	-5.171	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	22.628	-22.628	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.776.955	380.114	567.712	5.262.242

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.577	0	748.577
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.577	0	748.577
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.464	18.991	-27.455	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.464	-8.464	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	27.455	-27.455	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.763.052	767.568	603.655	5.671.736

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	2.239.975	1.927.529
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.238.033	1.927.040
7.01.02	Outras Receitas	1.942	489
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	2.306	840
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-364	-351
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.083.994	-306.276
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-914.441	-91.813
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-79.831	-77.652
7.02.04	Outros	-89.722	-136.811
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	462	-1.607
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-128.054	-117.395
7.02.04.05	Outros	37.870	-17.809
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.155.981	1.621.253
7.04	Retenções	-195.842	-181.355
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-195.842	-181.355
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	960.139	1.439.898
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	206.156	155.943
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	91.084	95.134
7.06.02	Receitas Financeiras	115.072	60.809
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.166.295	1.595.841
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.166.295	1.595.841
7.08.01	Pessoal	126.685	116.541
7.08.01.01	Remuneração Direta	81.475	75.682
7.08.01.02	Benefícios	25.592	23.367
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.124	5.360
7.08.01.04	Outros	13.494	12.132
7.08.01.04.01	Participação nos resultados	13.494	12.132
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	384.064	515.332
7.08.02.01	Federais	371.876	504.136
7.08.02.02	Estaduais	10.967	10.175
7.08.02.03	Municipais	1.221	1.021
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	92.339	92.463
7.08.03.01	Juros	64.584	80.160
7.08.03.02	Aluguéis	5.144	4.258
7.08.03.03	Outras	22.611	8.045
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	168	0
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	22.443	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	362.657	748.577
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	362.657	748.577
7.08.05	Outros	200.550	122.928
7.08.05.01	Encargos setoriais	80.425	63.672
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	120.125	59.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
1	Ativo Total	12.427.952	12.654.397
1.01	Ativo Circulante	2.000.593	2.338.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	818.036	1.224.276
1.01.03	Contas a Receber	887.944	879.927
1.01.03.01	Clientes	656.611	740.326
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	231.333	139.601
1.01.03.02.01	Combustível a reembolsar	231.333	139.601
1.01.04	Estoques	73.018	64.785
1.01.06	Tributos a Recuperar	80.797	81.582
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	80.797	81.582
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	17.474	21.752
1.01.06.01.02	Outros créditos fiscais a recuperar	63.323	59.830
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	140.798	87.888
1.01.08.03	Outros	140.798	87.888
1.01.08.03.01	Depósitos vinculados	47.842	3.833
1.01.08.03.02	Outros ativos circulantes	92.956	84.055
1.02	Ativo Não Circulante	10.427.359	10.315.939
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	474.793	481.360
1.02.01.03	Contas a Receber	3.869	4.432
1.02.01.03.01	Clientes	3.869	4.432
1.02.01.06	Tributos Diferidos	16.368	17.575
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	16.368	17.575
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	454.556	459.353
1.02.01.09.03	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.303	8.125
1.02.01.09.04	Outros créditos fiscais a recuperar	85.406	100.222
1.02.01.09.05	Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886
1.02.01.09.06	Depósitos vinculados	139.087	130.857
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	109.061	106.854
1.02.01.09.08	Outros ativos não circulantes	25.813	26.409
1.02.03	Imobilizado	9.635.896	9.708.227
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.356.905	9.393.802
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	278.991	314.425
1.02.04	Intangível	316.670	126.352
1.02.04.01	Intangíveis	316.670	126.352

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2	Passivo Total	12.427.952	12.654.397
2.01	Passivo Circulante	1.940.408	2.183.704
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	53.576	64.122
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	53.576	64.122
2.01.01.02.01	Provisão para remunerações e encargos	53.576	64.122
2.01.02	Fornecedores	621.606	510.346
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	621.606	510.346
2.01.03	Obrigações Fiscais	89.123	434.166
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	89.123	434.166
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	116.441	441.077
2.01.03.01.02	(-) Tributos federais a compensar	-27.318	-6.911
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	355.772	666.915
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	355.772	492.843
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	352.964	492.126
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	2.808	717
2.01.04.02	Debêntures	0	174.072
2.01.05	Outras Obrigações	774.678	464.168
2.01.05.02	Outros	774.678	464.168
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	474.896	221.276
2.01.05.02.04	Concessões a pagar	54.079	51.763
2.01.05.02.05	Outras obrigações fiscais e regulatórias	68.941	62.927
2.01.05.02.06	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	64.092	55.997
2.01.05.02.07	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	69.229	3.573
2.01.05.02.08	Outros passivos circulantes	43.441	68.632
2.01.06	Provisões	45.653	43.987
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	16.802	15.136
2.01.06.01.01	Provisões Fiscais	96	709
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.000	2.500
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	13.706	11.927
2.01.06.02	Outras Provisões	28.851	28.851
2.01.06.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	28.851	28.851
2.02	Passivo Não Circulante	5.221.745	5.106.082
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.001.285	2.829.645
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.001.285	2.829.645
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.439.094	2.490.256
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	562.191	339.389
2.02.02	Outras Obrigações	1.722.492	1.743.270
2.02.02.02	Outros	1.722.492	1.743.270
2.02.02.02.03	Concessões a pagar	1.638.154	1.543.406
2.02.02.02.04	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	27.759	27.416
2.02.02.02.05	Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	784	12.846
2.02.02.02.06	Outras obrigações	55.795	159.602
2.02.03	Tributos Diferidos	120.644	163.663
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	120.644	163.663
2.02.04	Provisões	377.324	369.504
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	190.702	179.836

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2014	Exercício Anterior 31/12/2013
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.734	20.686
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.200	7.414
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	162.768	151.736
2.02.04.02	Outras Provisões	186.622	189.668
2.02.04.02.04	Obrigações com benefícios de aposentadoria	186.622	189.668
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	5.265.799	5.364.611
2.03.01	Capital Social Realizado	2.445.766	2.445.766
2.03.02	Reservas de Capital	91.695	91.695
2.03.02.07	Reservas de capital	91.695	91.695
2.03.04	Reservas de Lucros	1.776.955	2.233.572
2.03.04.01	Reserva Legal	489.153	489.153
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.220.337	1.220.337
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	67.465	62.294
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	461.788
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	380.114	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	504.788	527.416
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	62.924	62.924
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	3.557	3.238

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.364.803	3.007.845	1.273.365	2.664.246
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.161.192	-2.213.180	-648.627	-1.263.108
3.02.01	Energia elétrica comprada para revenda	-319.392	-584.599	-191.352	-407.852
3.02.02	Transações no mercado de energia de curto prazo	-473.742	-854.014	-107.682	-148.276
3.02.03	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-79.375	-156.808	-74.982	-150.012
3.02.04	Custo de produção de energia elétrica	-282.533	-606.115	-267.967	-544.113
3.02.05	Custo dos serviços prestados	-6.150	-11.644	-6.644	-12.855
3.03	Resultado Bruto	203.611	794.665	624.738	1.401.138
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-51.128	-95.756	-49.820	-96.839
3.04.01	Despesas com Vendas	-4.745	-9.142	-4.868	-8.895
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-48.258	-88.871	-45.756	-85.043
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.254	2.368	701	857
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-379	-111	103	-3.758
3.04.05.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	33	335	235	-3.331
3.04.05.02	Outras despesas operacionais	-412	-446	-132	-427
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	152.483	698.909	574.918	1.304.299
3.06	Resultado Financeiro	-33.061	-153.429	-91.826	-190.318
3.06.01	Receitas Financeiras	101.087	134.730	50.958	75.473
3.06.02	Despesas Financeiras	-134.148	-288.159	-142.784	-265.791
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	119.422	545.480	483.092	1.113.981
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-45.677	-182.504	-159.078	-365.090
3.08.01	Corrente	-41.672	-224.316	-157.765	-356.142
3.08.02	Diferido	-4.005	41.812	-1.313	-8.948
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	73.745	362.976	324.014	748.891
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	73.745	362.976	324.014	748.891
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	73.608	362.657	323.865	748.577
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	137	319	149	314
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,11298	0,55608	0,49639	1,14730
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,11298	0,55608	0,49639	1,14730

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	73.745	362.976	324.014	748.891
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	73.745	362.976	324.014	748.891
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	73.608	362.657	323.865	748.577
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	137	319	149	314

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	424.647	1.043.843
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.044.471	1.648.588
6.01.01.01	Lucro antes dos tributos	545.480	1.113.981
6.01.01.03	Depreciação e amortização	296.725	286.176
6.01.01.04	Variação monetária e cambial	42.671	59.813
6.01.01.05	Juros	157.073	185.531
6.01.01.06	Constituição de provisões operacionais, líquidas	2.073	2.661
6.01.01.07	Outros	449	426
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-619.824	-604.745
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	88.135	16.415
6.01.02.02	Combustível a reembolsar	-91.732	-62.251
6.01.02.03	Outros créditos fiscais a recuperar	11.360	17.242
6.01.02.04	Estoques	-8.233	-16.551
6.01.02.05	Depósitos vinculados e judiciais	5.445	-26.693
6.01.02.06	Outros ativos	-25.218	23.177
6.01.02.07	Fornecedores	123.142	183
6.01.02.08	Pagamento de imposto de renda e contribuição social	-455.051	-411.239
6.01.02.09	Pagamento de juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	-132.209	-126.283
6.01.02.10	Obrigações com pesquisa e desenvolvimento	8.438	10.887
6.01.02.11	Obrigações com benefícios de aposentadoria	-14.579	-12.629
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social a pagar	-78.438	-5.926
6.01.02.13	Outras obrigações fiscais e regulatórias	4.332	318
6.01.02.14	Outros passivos	-55.216	-11.395
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-378.674	-260.784
6.02.01	Aplicação em investimentos	-215.429	-10.238
6.02.02	Aplicação no imobilizado	-162.816	-247.918
6.02.03	Aplicação no intangível	-429	-2.628
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-452.213	-977.706
6.03.01	Empréstimos e financiamentos obtidos	234.415	172.700
6.03.02	Empréstimos, financiamentos e debêntures pagos	-413.822	-270.477
6.03.03	Parcelas de concessões a pagar pagas	-26.880	-25.274
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-243.737	-855.630
6.03.05	Depósitos vinculados ao serviço da dívida	-2.189	975
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-406.240	-194.647
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.224.276	1.179.976
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	818.036	985.329

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.233.572	0	590.340	5.361.373	3.238	5.364.611
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-461.788	0	0	-461.788	0	-461.788
5.04.09	Dividendos	0	0	-461.788	0	0	-461.788	0	-461.788
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	362.657	0	362.657	319	362.976
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	362.657	0	362.657	319	362.976
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	5.171	17.457	-22.628	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	5.171	-5.171	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	22.628	-22.628	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.776.955	380.114	567.712	5.262.242	3.557	5.265.799

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.445.766	91.695	2.331.017	0	631.110	5.499.588	2.663	5.502.251
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.04.08	Dividendos pagos	0	0	-576.429	0	0	-576.429	0	-576.429
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	748.577	0	748.577	314	748.891
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	748.577	0	748.577	314	748.891
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	8.464	18.991	-27.455	0	0	0
5.06.04	Reserva de incentivos fiscais	0	0	8.464	-8.464	0	0	0	0
5.06.05	Realização do ajuste a valor justo do ativo imobilizado, líquida de impostos	0	0	0	27.455	-27.455	0	0	0
5.07	Saldos Finais	2.445.766	91.695	1.763.052	767.568	603.655	5.671.736	2.977	5.674.713

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado

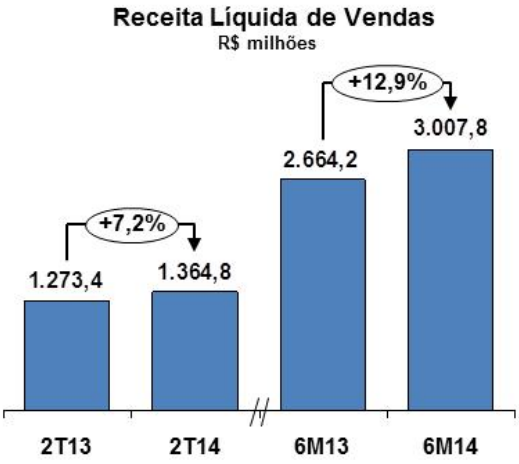
(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013
7.01	Receitas	3.351.560	3.158.426
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.319.602	2.982.631
7.01.02	Outras Receitas	1.922	430
7.01.02.01	Outras receitas operacionais	2.368	857
7.01.02.02	Outras (despesas) operacionais	-446	-427
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	30.053	177.213
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-17	-1.848
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.798.830	-1.031.375
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1.547.148	-597.311
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-101.660	-97.471
7.02.04	Outros	-150.022	-336.593
7.02.04.01	(Constituição) reversão de provisões operacionais	352	-1.483
7.02.04.02	Encargos de uso da rede elétrica e conexão	-156.808	-150.012
7.02.04.03	Gastos com a construção de usinas	-28.855	-165.283
7.02.04.05	Outros	35.289	-19.815
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.552.730	2.127.051
7.04	Retenções	-296.725	-286.176
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-296.725	-286.176
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.256.005	1.840.875
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	134.730	75.473
7.06.02	Receitas Financeiras	134.730	75.473
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.390.735	1.916.348
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.390.735	1.916.348
7.08.01	Pessoal	130.016	119.434
7.08.01.01	Remuneração Direta	84.218	78.081
7.08.01.02	Benefícios	26.000	23.702
7.08.01.03	F.G.T.S.	6.304	5.519
7.08.01.04	Outros	13.494	12.132
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	506.041	684.901
7.08.02.01	Federais	493.750	640.065
7.08.02.02	Estaduais	11.035	43.781
7.08.02.03	Municipais	1.256	1.055
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	171.370	186.554
7.08.03.01	Juros	136.995	159.799
7.08.03.02	Aluguéis	7.222	5.329
7.08.03.03	Outras	27.153	21.426
7.08.03.03.01	Juros capitalizados	1.198	11.930
7.08.03.03.02	Outras despesas financeiras	25.955	9.496
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	362.657	748.577
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	362.657	748.577
7.08.05	Outros	220.651	176.882
7.08.05.01	Encargos setoriais	96.388	80.564
7.08.05.02	Encargos sobre concessões a pagar	123.944	96.004
7.08.05.03	Acionista não controlador	319	314

Comentário do Desempenho

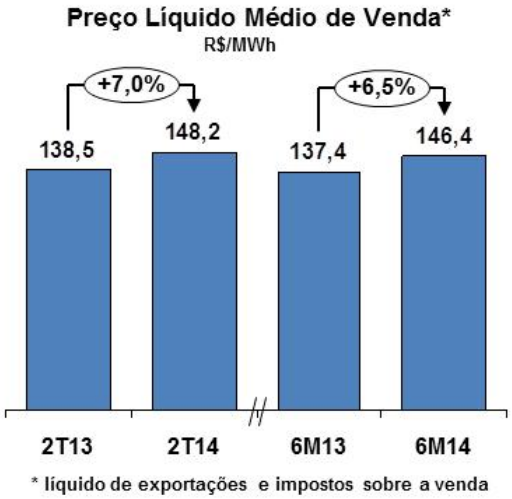
Receita Líquida de Vendas

No 2T14, a receita líquida de vendas apresentou um crescimento de 7,2%, ou R$ 91,4 milhões, quando comparada àquela auferida no mesmo período do ano anterior, passando de R$ 1.273,4 milhões para R$ 1.364,8 milhões. Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram os seguintes: (i) R$ 93,1 milhões – elevação do preço médio líquido de venda; (ii) R$ 35,6 milhões – incremento no volume de energia vendida; e (iii) R$ 42,0 milhões – redução na receita decorrente das transações realizadas no mercado de curto prazo, inclusive as no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).



- **Preço médio líquido de venda**

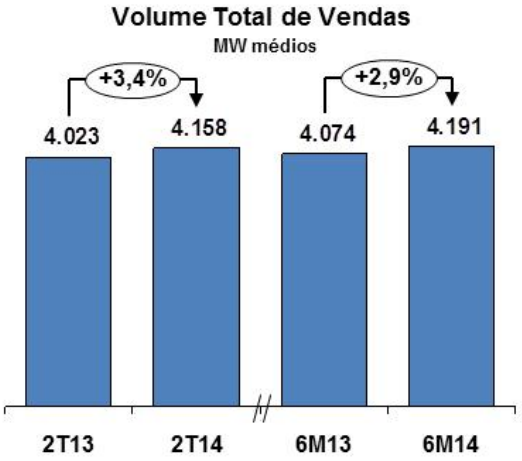
O preço médio de venda de energia, líquido dos tributos sobre a receita, atingiu R$ 148,19/MWh no 2T14, 7,0% acima do apurado no mesmo trimestre de 2013, cujo valor foi de R$ 138,52/MWh. A elevação do preço ocorreu, essencialmente, em razão da atualização monetária dos contratos existentes.



Comentário do Desempenho

- **Volume de vendas**

A quantidade de energia vendida passou de 8.787 GWh (4.023 MW médios) no 2T13 para 9.082 GWh (4.158 MW médios) no 2T14, aumento de 3,4%, ou 295 GWh (135 MW médios), entre os períodos comparados, em função, principalmente, do início da operação do Complexo Eólico Trairi e da elevação do volume de energia comprada para revenda.



Comentários sobre as Variações da Receita Líquida de Vendas, por Classe de Clientes

a) Distribuidoras

A receita de venda a distribuidoras alcançou R$ 728,4 milhões no 2T14, montante 6,9% superior aos R$ 681,7 milhões auferidos no 2T13. A combinação das seguintes variações contribuiu para esse efeito: (i) R$ 61,2 milhões – elevação de 9,1% no preço médio líquido de venda; e (ii) R$ 14,5 milhões – redução de 94 GWh (43 MW médios), ou 2,0%, do volume de vendas.

b) Comercializadoras

A receita de venda a comercializadoras passou de R$ 58,7 milhões no 2T13 para R$ 69,1 milhões no 2T14, crescimento de 17,7% entre os períodos comparados, resultado do acréscimo de 90 GWh (41 MW médios), ou 17,8%, na quantidade de energia vendida.

c) Consumidores livres

A receita de venda a consumidores livres aumentou 15,0% entre os trimestres em análise, passando de R$ 476,7 milhões no 2T13 para R$ 548,3 milhões no mesmo período de 2014. Os seguintes eventos contribuíram para essa variação: (i) R$ 39,7 milhões – crescimento de 299 GWh (137 MW médios), ou 8,1%, na quantidade de energia vendida; e (ii) R$ 31,9 milhões - elevação de 6,4% no preço médio líquido de venda da energia.

d) Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE

No 2T14, a receita auferida no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE, foi de R$ 5,8 milhões, enquanto no mesmo período de 2013 foi de R$ 47,8 milhões, representando um decréscimo de R$ 42,0 milhões entre os trimestres comparados. Maiores explicações sobre essas operações e variações podem ser encontradas a seguir no item "Detalhamento das operações de curto prazo, inclusive as transações na CCEE".

Comentário do Desempenho

Custos da Venda de Energia e Serviços

Os custos da venda de energia e serviços foram ampliados em R$ 512,6 milhões, ou 79,0%, entre os períodos comparados, passando de R$ 648,6 milhões no 2T13 para R$ 1.161,2 milhões no trimestre em análise. Essas variações decorreram, essencialmente, do comportamento dos principais componentes a seguir:

a) **Energia elétrica comprada para revenda:** incremento de R$ 86,5 milhões no 2T14, correspondentes a 737 GWh (337 MW médios), em comparação com o mesmo trimestre de 2013, refletindo as novas contratações de médio e longo prazo, com vigências iniciadas a partir do terceiro trimestre de 2013, e os reajustes de contratos existentes.

b) **Transações no mercado de curto prazo, inclusive no âmbito da CCEE:** entre os trimestres em análise os custos com essas transações foram superiores em R$ 407,6 milhões. Maiores detalhes estão descritos a seguir em item específico.

c) **Encargos de uso de rede elétrica e conexão:** aumento de R$ 4,4 milhões entre os trimestres em análise reflexo do reajuste anual das tarifas de transmissão e da entrada em operação comercial do Complexo Eólico Trairi.

d) **Combustíveis para produção de energia elétrica:** acréscimo de R$ 44,3 milhões na confrontação do 2T14 com o mesmo período de 2013 em função, substancialmente, do aumento do consumo de gás natural pela Usina Termelétrica William Arjona (UTWA), causado pelo maior despacho da Usina no trimestre em análise.

e) **Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (royalties):** incremento de R$ 9,4 milhões entre o segundo trimestre de 2014 e o mesmo período de 2013 em razão, basicamente, do maior despacho de determinadas unidades hidrelétricas da Companhia.

f) **Pessoal:** aumento de R$ 4,8 milhões no 2T14 em relação ao segundo trimestre de 2013 em função, substancialmente, do reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

g) **Materiais e serviços de terceiros:** acréscimo de R$ 7,6 milhões entre os trimestres analisados em decorrência, principalmente, de maior demanda por serviços de operação e manutenção, especialmente no Complexo Eólico Trairi e no Complexo Termelétrico Jorge Lacerda, bem como pelo pagamento de serviços vinculados ao fornecimento de gás natural para a UTWA.

h) **Depreciação e amortização:** ampliação de R$ 3,8 milhões entre os trimestres comparados em função, sobretudo, da entrada em operação do Complexo Eólico Trairi.

i) **Outros:** efeito positivo de R$ 55,8 milhões decorrente, essencialmente, da reversão de passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão.

Comentário do Desempenho

Detalhamento das Operações de Curto Prazo, Inclusive as Transações na CCEE

Operações de curto prazo são definidas como compra e venda de energia com duração da entrega não superior a seis meses e que tenham como objetivo principal a gestão da exposição da Tractebel na CCEE. Dessa forma, o preço da energia em tais operações tem como característica o vínculo com o Preço de Liquidação de Diferenças (PLD). O presente item engloba também as transações na CCEE, dado o caráter volátil e sazonal – e, portanto, de curto prazo – dos resultados advindos da contabilização na CCEE. Adicionalmente, as exposições positivas ou negativas são liquidadas a PLD, logo, à semelhança das operações de curto prazo descritas acima.

Sobre as transações na CCEE, os diversos lançamentos credores ou devedores realizados mensalmente na conta de um agente da CCEE são sintetizados em uma fatura única, a receber ou a pagar, exigindo, portanto, o seu registro na rubrica de receita ou de despesa. Cabe ressaltar que, em razão de ajustes na estratégia de gerenciamento de portfólio da Companhia, vem se verificando nos últimos anos uma mudança no perfil das faturas mencionadas. Tal alternância dificulta a comparação direta dos elementos que compõem cada fatura nos dois anos, sendo esta a razão para a criação do presente tópico. Assim, ele nos permite realizar uma análise das oscilações dos principais elementos, a despeito de terem sido alocados ora na receita ora na despesa, conforme a natureza credora ou devedora da fatura à qual estão vinculados.

Genericamente esses elementos são receitas ou despesas provenientes, por exemplo, (i) da aplicação do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE); (ii) do Fator de Ajuste da Energia Assegurada, que ocorre quando a geração das usinas que fazem parte do MRE, em relação à energia alocada, é maior (Energia Secundária) ou menor (GSF) (iii) do chamado "risco de submercado"; (iv) do despacho motivado pela Curva de Aversão ao Risco (CAR); (v) da aplicação dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), que resultam do despacho fora da ordem de mérito de usinas termelétricas; e (vi) naturalmente, da exposição (posição vendida ou comprada de energia na contabilização mensal), que, por sua vez, será liquidada ao valor do PLD.

No 2T14, o resultado líquido decorrente de transações de curto prazo, inclusive as realizadas na CCEE, foi negativo em R$ 468,0 milhões ante o também resultado negativo de R$ 18,4 milhões, obtido no mesmo período de 2013, ou seja, uma variação de R$ 449,6 milhões entre os trimestres comparados.

Essa variação decorreu, essencialmente, da combinação dos seguintes fatores: (i) mudança da posição vendedora na CCEE no 2T13 para substancialmente compradora no 2T14, em decorrência da estratégia de alocação de energia; (ii) efeito negativo do Fator de Ajuste da Energia Assegurada (GSF), em função do déficit de geração hidrelétrica em relação à energia alocada pelos agentes; (iii) impacto negativo decorrente da diferença do PLD entre os submercados Sudeste/Centro-Oeste e Sul. Tal impacto foi causado pelo fato de vendas a consumidores livres localizados no submercado Sudeste/Centro-Oeste serem lastreadas por capacidade comercial localizada no submercado Sul. Isso caracteriza uma posição vendedora no submercado Sul, que apresentou PLDs menores no período, e uma posição compradora no submercado Sudeste/Centro-Oeste, que apresentou PLDs mais elevados, resultando em uma perda financeira; (iv) excedente de geração termelétrica em relação à energia alocada no 2T14, em função da elevação do despacho dessas usinas por ordem de mérito, enquanto que no 2T13 houve uma exposição termelétrica; (v) variação positiva no MRE devido à maior geração hidrelétrica; (vi) reversão da provisão dos custos relativos à participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela Resolução CNPE 03/2013, a partir da elevação da possibilidade de êxito na ação que contesta a cobrança desses valores; e (vii) em menor escala, redução de compras de energia de curto prazo.

O PLD médio no submercado Sul passou de R$ 248,36/MWh no 2T13 para R$ 611,97/MWh no 2T14, ou seja, um aumento de 146,4%. Já no submercado Sudeste/Centro-Oeste o incremento foi de 173,4%, passando de R$ 249,53/MWh no 2T13 para R$ 682,32/MWh no 2T14.

Cabe considerar que os expressivos aumentos dos PLDs médios dos submercados Sul e Sudeste/Centro-Oeste contribuíram significativamente para os efeitos mencionados nos itens (i) a (iv).

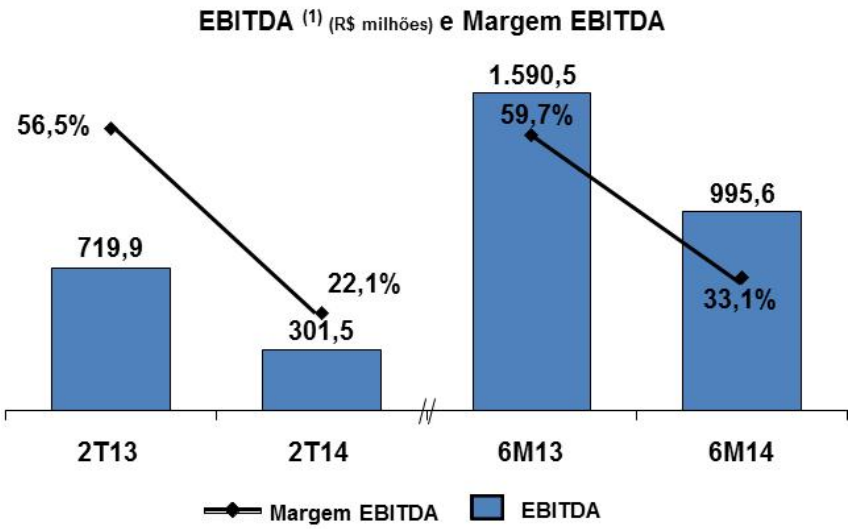
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas

As despesas com vendas, gerais e administrativas aumentaram em R$ 2,4 milhões, ou 4,7%, nos trimestres comparados, passando de R$ 50,6 milhões no 2T13 para R$ 53,0 milhões no trimestre em análise. Essas variações estão relacionadas, em parte, ao reajuste anual da remuneração e benefícios dos empregados.

EBITDA e Margem EBITDA

Refletindo os efeitos retro mencionados, o EBITDA do 2T14 foi de R$ 301,5 milhões, 58,1%, ou R$ 418,4 milhões, abaixo do apurado no 2T13, que foi de R$ 719,9 milhões. A margem EBITDA foi de 22,1% no 2T14, representando uma redução de 34,4 p.p. em relação ao mesmo período de 2013. As quedas acima citadas decorreram, substancialmente, da combinação dos seguintes componentes anteriormente mencionados: (i) elevação de R$ 128,7 milhões da receita líquida de vendas; (ii) reversão de passivos prescritos no montante de R$ 54,8 milhões; (iii) efeito negativo de R$ 449,6 milhões nas transações no mercado de curto prazo, inclusive as realizadas no âmbito da CCEE; (iv) aumento de R$ 86,5 milhões nas compras de energia para revenda; (v) crescimento de R$ 44,3 milhões no consumo de combustível; e (vi) elevação dos custos com a compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos em R$ 9,4 milhões.

Comentário do Desempenho



(1) EBITDA representa: lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização.

A fim de possibilitar a reconciliação do lucro líquido com o EBITDA, apresentamos a tabela abaixo:

(valores em R$ mil)	2T14	2T13	Var. %	6M14	6M13	Var. %
Lucro líquido	73.745	324.014	-77,2	362.976	748.891	-51,5
(+) Imposto de renda e contribuição social	45.677	159.078	-71,3	182.504	365.090	-50,0
(+) Despesas financeiras, líquidas	33.061	91.826	-64,0	153.429	190.318	-19,4
(+) Depreciação e Amortização	149.012	145.015	2,8	296.725	286.176	3,7
EBITDA	301.495	719.933	-58,1	995.634	1.590.475	-37,4

Resultado Financeiro

Receitas financeiras: No 2T14, essas receitas atingiram R$ 101,1 milhões, R$ 50,1 milhões acima dos R$ 51,0 milhões auferidos no mesmo trimestre de 2013 em função, substancialmente, da conjunção do que segue: (i) incremento de R$ 12,2 milhões na receita com aplicações financeiras; (ii) reversão de R$ 61,4 milhões nos juros e variação monetária sobre passivos prescritos; e (iii) reconhecimento de ganho não recorrente no 2T13 no valor de R$ 29,2 milhões, relativo ao êxito em ação judicial que questionava a atualização de valores de vendas de energia recebidos em atraso.

Despesas financeiras: Essas despesas no 2T14 foram de R$ 134,1 milhões, R$ 8,7 milhões abaixo do registrado no mesmo trimestre do ano anterior em razão, principalmente, do seguinte: (i) efeito positivo de R$ 26,3 milhões na variação cambial sobre empréstimos; (ii) aumento de R$ 14,1 milhões nos juros e variação monetária sobre dívidas e concessões a pagar; e (iii) elevação de R$ 3,6 milhões na atualização monetária de provisões.

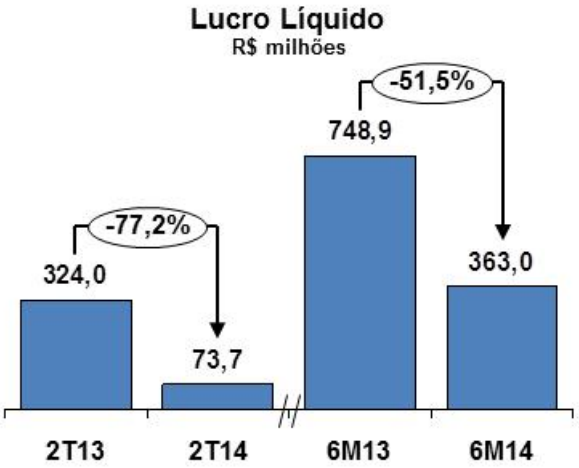
Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social (CSLL)

As despesas com IR e CSLL no 2T14 foram de R$ 45,7 milhões, valor inferior em R$ 113,4 milhões ao do mesmo trimestre de 2013, que foi de R$ 159,1 milhões, em decorrência da redução do lucro antes dos tributos.

Comentário do Desempenho

Lucro Líquido

O lucro líquido do 2T14 foi de R$ 73,7 milhões, valor R$ 250,3 milhões, ou 77,2%, inferior aos R$ 324,0 milhões apresentados no mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda decorreu, substancialmente, da variação negativa de R$ 418,4 milhões no EBITDA, conforme anteriormente mencionado, parcialmente compensada pela redução nas despesas financeiras líquidas, no montante de R$ 58,8 milhões, e do imposto de renda e contribuição social, no valor de R$ 116,1 milhões.



TRACTEBEL ENERGIA S.A.

CNPJ Nº 02.474.103/0001-19 | NIRE Nº 42 3 0002438-4

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2014

(Em milhares de reais ou outras moedas, exceto quando indicado de forma diferente)

1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Tractebel Energia S.A. ("Companhia", "Tractebel Energia" ou "TBLE") é uma concessionária de uso de bem público, na condição de produtor independente, e sociedade anônima de capital aberto, com sede no Município de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, Brasil. A área de atuação e principal atividade operacional da Companhia e de suas controladas é a geração e comercialização de energia elétrica, cuja regulamentação está subordinada à Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

As ações da Companhia, sob o código TBLE3, estão listadas no Novo Mercado da BM&FBOVESPA. Ademais, a Tractebel Energia negocia *American Depositary Receipts (ADR)* Nível I no mercado de balcão norte-americano sob o código TBLEY, de acordo com a relação de um ADR para cada ação ordinária.

O controle acionário da Companhia é detido pela GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA), empresa constituída no Brasil, controlada pela International Power S.A., cuja sede está na Bélgica. A International Power S.A., por sua vez, integra o grupo econômico GDF SUEZ, sediado na França.

A Tractebel Energia é a maior empresa privada de geração de energia elétrica do Brasil, responsável por aproximadamente 6,0%[1] da capacidade instalada do país. A capacidade instalada da Companhia, em 30.06.2014, incluindo as participações em consórcios de geração de energia e após o início da operação comercial dos Parques Eólicos Fleixeiras e Mundaú e da aquisição da Usina Termelétrica Ferrari, é de 7.024,2 [2] MW. Desse total, 79,2% são oriundas de fontes hidrelétricas, 15,9% de termelétricas e 4,9% de energias complementares - Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), fontes eólicas e geração à biomassa. A energia assegurada para fins de comercialização, em 30.06.2014, é de 3.882,3 MW médios.

O parque gerador em operação da Companhia é composto por nove usinas hidrelétricas, cinco termelétricas[3], três PCH, seis de fontes eólicas e três com geração à biomassa.

[1] Informação com base em dados apurados na data-base de 31.12.2013.

[2] As informações não financeiras contidas nessas demonstrações contábeis como MW, MW médio, potência instalada, entre outros, não são revisadas pelos auditores independentes.

[3] O Complexo Termelétrico Jorge Lacerda é composto por três usinas.

Notas Explicativas

O principal evento relacionado com a atividade da Companhia, ocorrido no 2° trimestre de 2014, foi a conclusão do processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III), pelos montantes de R$ 22.042 e R$ 34.410 respectivamente. A CLWP II é detentora de 5 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de desenvolvimento de 150 MW. A CLWP III detém de 10 SPE, com potencial total de desenvolvimento de 300 MW. Maiores detalhes estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As informações trimestrais consolidadas, identificadas como "Consolidado", foram elaboradas em conformidade com as normas internacionais de contabilidade - *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP), as quais estão em consonância.

As informações trimestrais individuais da Tractebel Energia, identificadas como "Controladora", foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas práticas diferem das normas internacionais de contabilidade aplicáveis à Tractebel Energia somente no que se refere à avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial que, segundo as IFRS, devem ser mensurados e apresentados pelo seu custo de aquisição ou pelo seu valor justo.

As referidas informações trimestrais foram preparadas de acordo com as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela avaliação a valor justo de certos instrumentos financeiros, quando requerido nas normas.

Na elaboração das informações trimestrais é necessário que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas.

O conteúdo e valores de determinadas notas explicativas apresentadas nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013 que não necessitaram de atualizações significativas, não foram repetidos nas notas selecionadas para as informações trimestrais de 30.06.2014. Essas demonstrações contábeis, portanto, devem ser lidas em conjunto.

As práticas contábeis e os métodos de cálculo adotados na elaboração das informações trimestrais de 30.06.2014, bem como os principais julgamentos e incertezas nas estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações contábeis do exercício findo em 31.12.2013.

Notas Explicativas

a) Novas normas, alterações ou interpretação de IFRS emitidas pelo IASB

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2014

- Revisão da IAS 32 – Instrumentos financeiros

Esta alteração é parte integrante do projeto de "compensação entre ativos e passivos" do IASB, o qual esclarece que o direito legal de compensação, para ser efetivo, tem de ser atual e imputável a todas as partes no decurso normal do negócio, e clarifica em que circunstâncias alguns sistemas de regularização pelos montantes brutos (câmaras de compensação) satisfazem os requisitos de compensação exigidos pela IAS 32. A adoção da referida norma pela Companhia não refletiu em impactos materiais em suas demonstrações contábeis.

- Revisão da IAS 36 – Divulgações de valor recuperável para ativos não financeiros

A norma modifica o requerimento de divulgação quanto à mensuração do valor recuperável do ativo, quando este é determinado com base no valor justo menos os custos estimados para vender o ativo. A adoção da referida norma pela Companhia também não resultou em necessidade de modificação na divulgação da Companhia.

- Revisão do IAS 39 – Novação de derivativos e continuação de *Hedge Accounting*

A alteração tem como objetivo permitir uma exceção na descontinuidade da contabilidade de hedge (*hedge accounting*) quando a novação de um derivativo designado como um instrumento de *hedge* atinge determinados critérios. A Companhia não possui operações relacionadas a novações de derivativos.

- IFRIC 21 – Taxas do Governo

A interpretação tem o propósito de determinar quando reconhecer uma obrigação de pagar um tributo que está sob o escopo da norma IAS 37 – Provisões, ativos contingentes e passivos contingentes. O procedimento adotado pela Companhia de reconhecimento das referidas obrigações está aderente ao estabelecido na norma. A Companhia classifica as obrigações abrangidas por esta norma na rubrica "Outras obrigações fiscais e regulatórias".

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2016

- Revisão do IAS 16 e IAS 41 – Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola

A alteração tem como objetivo definir e incluir o conceito de árvore frutífera no escopo do IAS 16. A Companhia não possui operações dessa natureza.

- Revisão do IAS 16 e IAS 38 – Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização

A modificação tem o propósito de incluir informações sobre o conceito de expectativa futura de redução no preço de venda e esclarecer sobre o método de depreciação baseado na receita gerada por uma atividade. A Companhia entende que a referida revisão não terá impacto em suas demonstrações contábeis uma vez que se trata apenas da inclusão de esclarecimentos.

Notas Explicativas

- Revisão do IFRS 11 – Contabilização de aquisições de participações em operações conjuntas (*joint operation*)

A alteração requer que o adquirente de uma participação em operação conjunta que constitui um negócio, conforme definido no IFRS 3, aplique os princípios do IFRS 3, e de outros pronunciamentos, exceto aqueles que entram em conflito com o IFRS 11. A Companhia avaliará os efeitos oriundos da aplicação da referida revisão em caso de eventual aquisição de operações conjuntas.

Pronunciamentos aplicáveis à Companhia a partir de 01.01.2017

- IFRS 15 – Receitas de contratos com clientes

O pronunciamento estabelece princípios para uma entidade reconhecer a receita na transferência de produtos ou serviços no montante em que reflita o que a entidade espera receber em troca do produto entregue ou serviço prestado. A norma ainda estabelece 5 passos para o reconhecimento da receita. Adicionalmente fornece instruções para a divulgação das informações aos usuários sobre a natureza, quantidade, tempestividade e a incerteza das receitas e fluxo de caixa decorrentes dos contratos da entidade com clientes. A Companhia está avaliando os eventuais efeitos oriundos da aplicação do referido pronunciamento.

b) Sistema EmpresasNet (ENET)

Cabe mencionar que no quadro "Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido" do Sistema "EmpresasNet - ENET" da CVM, o ajuste de avaliação patrimonial, apesar de não corresponder a "Outros Resultados Abrangentes", está apresentado na coluna com esta indicação, em virtude de não haver opção mais apropriada para a apresentação da referida transação no demonstrativo padrão da CVM.

c) Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais ora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.07.2014.

Notas Explicativas

3 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Caixa e depósitos bancários à vista	**1.610**	**940**	**11.223**	**7.445**
Aplicações financeiras:				
- Citibank - Fundo de Investimento Exclusivo				
Operações compromissadas com títulos públicos federais				
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	126.589	79.471	177.888	99.978
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	439.506	869.059	617.612	1.093.309
	566.095	**948.530**	**795.500**	**1.193.287**
- Instituições Financeiras[4]				
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	-	1.231	1.256
Operações lastreadas em debêntures	-	-	10.082	22.288
	-	**-**	**11.313**	**23.544**
Total das aplicações financeiras	**566.095**	**948.530**	**806.813**	**1.216.831**
	567.705	**949.470**	**818.036**	**1.224.276**

A Companhia estruturou suas aplicações financeiras através da concentração dos recursos em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual pode ter suas cotas resgatadas a qualquer momento sem prejuízo dos rendimentos.

[4] Bancos: Itaú Unibanco, Itaú BBA, e Bradesco.

4 – CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	240.928	245.616	367.593	372.589
Comercializadoras de energia elétrica	134.247	84.824	26.974	24.953
Consumidores livres	23.192	20.957	260.600	248.655
Transações no mercado de energia de curto prazo				
- Correntes	6.582	27.039	7.914	100.581
- Recomposição Tarifária Extraordinária (RTE)	2.665	2.665	2.665	2.665
- Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.960	122.961	122.960	122.961
	530.574	**504.062**	**788.706**	**872.404**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(131.806)	(131.806)	(132.095)	(132.078)
	398.768	**372.256**	**656.611**	**740.326**
Não circulante				
Distribuidoras de energia elétrica	33.751	31.398	5.717	6.280
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(1.848)	(1.848)
	33.751	**31.398**	**3.869**	**4.432**
	432.519	**403.654**	**660.480**	**744.758**

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de 25 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

b) Composição das contas a receber vencidas

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Vencidas até 30 dias	1.306	9.913	20.634	23.337
Vencidas de 31 a 60 dias	213	-	303	-
Vencidas de 61 a 90 dias	-	-	256	15
Vencidas a mais de 91 dias:				
- Com provisão constituída	131.806	131.806	133.943	133.926
- Sem provisão constituída	1.175	1.038	1.670	1.179
	132.981	**132.844**	**135.613**	**135.105**
	134.500	**142.757**	**156.806**	**158.457**

A Companhia constituiu provisão para crédito de liquidação duvidosa para os valores vencidos a mais de 90 dias cuja expectativa de recebimento é duvidosa.

c) Provisão para crédito de liquidação duvidosa

Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Agentes com ações judiciais ou inadimplentes	122.961	122.961	122.961	122.961
Comercializadora	6.180	6.180	6.452	6.452
RTE	2.665	2.665	2.665	2.665
Distribuidora	-	-	1.865	1.848
	131.806	**131.806**	**133.943**	**133.926**

5 – COMBUSTÍVEL A REEMBOLSAR

	Controladora e Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Eletrobras	**231.333**	**139.601**

Nesta rubrica estão classificados os valores a receber da Eletrobras decorrentes do reembolso do combustível comprado para consumo nas usinas termelétricas da Companhia, com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) que tem como uma de suas finalidades garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes movidas a carvão mineral nacional.

O reembolso normalmente é realizado após a apresentação dos comprovantes de pagamento aos fornecedores de combustível. Em 30.06.2014 estavam pendentes de recebimento os valores de competência de abril, maio e junho de 2014. A Companhia vem mantendo conversas com a Eletrobras e acredita que os valores serão devidamente recebidos.

6 – OUTROS CRÉDITOS FISCAIS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Circulante				
Pis[5] e Cofins[6]	-	-	62.124	59.086
INSS[7]	1.180	722	1.180	722
Outros	-	-	19	22
	1.180	**722**	**63.323**	**59.830**
Não circulante				
Pis e Cofins	20.145	8.832	69.059	81.972
ICMS[8]	16.102	17.810	16.341	18.244
INSS	-	-	6	6
	36.247	**26.642**	**85.406**	**100.222**

[5] Programa de Integração Social
[6] Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
[7] Instituto Nacional do Seguro Social
[8] Imposto sobre Circulação de Mercadoria e Prestação de Serviços de Comunicação e Transporte

Notas Explicativas

Os saldos de Pis e Cofins a compensar referem-se a créditos decorrentes de aquisições de máquinas e equipamentos e de gastos com a construção de edificações para a implantação de empreendimentos de geração de energia.

7 – DEPÓSITOS VINCULADOS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Circulante				
Fundos de investimentos	11	10	46.181	10
Depósitos para reinvestimentos	1.661	-	1.661	3.823
	1.672	**10**	**47.842**	**3.833**
Não circulante				
Fundos de investimentos	32.931	31.617	131.646	120.065
CDB	5.733	5.467	7.441	10.792
	38.664	**37.084**	**139.087**	**130.857**

Os depósitos vinculados aplicados em Fundos de investimentos destinam-se principalmente a garantir o pagamento dos serviços da dívida. Além desses, no trimestre findo em 30.06.2014 houve o reconhecimento, no ativo circulante consolidado, de R$ 46.170, relativos a depósitos em garantia para cobrir determinados compromissos contratuais assumidos pelos vendedores da Ferrari Termoelétrica. Esses depósitos serão liberados na medida em que tais compromissos forem cumpridos.

8 – VALORES A RECEBER PELA ALIENAÇÃO DE ATIVO

Nesta rubrica estão registrados os valores a receber da Elétrica Jacuí S.A. (Eleja) relativos à venda do empreendimento termelétrico Jacuí. O saldo de R$ 86.886, apresentado no balanço patrimonial, na controladora e no consolidado, corresponde ao valor presente das parcelas a receber em julho de 2009, mês em que a Companhia iniciou um processo de execução judicial do contrato, em razão da Eleja ter suspendido os pagamentos das parcelas mensais devidas. A Companhia, a partir dessa data, de forma prudente, decidiu deixar de reconhecer os juros e a variação monetária sobre os valores a receber.

A ação de execução movida contra a Eleja garantiu à Companhia o arresto dos bens do empreendimento Jacuí, concedidos em garantia do crédito. O arresto já foi convertido em penhora e os bens em garantia foram submetidos à avaliação por perito judicial para posterior alienação.

Em julho de 2012, a Eleja ingressou com um pedido de anulação dos atos praticados até aquele momento. Assim que a Companhia tomou conhecimento deste pedido, solicitou a impugnação do mesmo, sendo o referido pedido julgado improcedente. Dessa decisão a Eleja recorreu por meio de Agravo de Instrumento para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que negou provimento ao recurso em fevereiro de 2014. Como consequência, foi peticionado ao Juízo para requerer a adjudicação dos bens penhorados.

Em 20.05.2014 os bens penhorados foram adjudicados em favor da Companhia pelo valor de avaliação de R$ 134.981, conforme cálculo apresentado pela contadoria judicial e atualizado em 09.05.2014.

O valor nominal, em 30.06.2014, das parcelas contratuais não quitadas, atualizado pelo índice contratual, o Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI), totaliza R$ 136.373 (R$ 133.565 em 31.12.2013). O montante total da dívida, incluindo multas e encargos contratuais, supera o valor da avaliação pericial, levando a Companhia, em março de 2012, a solicitar um reforço de penhora.

A Companhia está em processo de avaliação de quais bens adjudicados pretende utilizar em suas usinas e quais serão objeto de alienação. Após a conclusão dessa análise, a Companhia definirá os procedimentos contábeis a serem adotados e fará eventuais ajustes em suas demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

9 – DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	**31.12.2013**	**30.06.2014**	**31.12.2013**
Fiscais	93.170	92.724	93.718	93.485
Cíveis	10.454	8.259	11.086	8.817
Trabalhistas	4.133	4.228	4.257	4.552
	107.757	**105.211**	**109.061**	**106.854**

Os valores depositados estão vinculados a processos que tramitam nas esferas administrativas e judiciais. Do montante registrado em 30.06.2014, R$ 42.567 (R$ 38.703 em 31.12.2013) estão diretamente relacionados às provisões de risco provável.

Em julho de 2012, a Companhia recebeu o deferimento do pedido de levantamento dos depósitos judiciais, relativos ao processo de Pis e Cofins sobre contratos de venda de energia com preço predeterminado, no âmbito da Instrução Normativa 658/06 da Receita Federal do Brasil. Entretanto, em agosto de 2012, a União Federal pleiteou a suspensão da ordem de expedição do alvará para possibilitar o exame da situação dos contratos vinculados à decisão judicial. O montante desses depósitos, em 30.06.2014, é de R$ 47.619, na controladora e no consolidado (R$ 49.192 em 31.12.2013).

Tractebel Energia GDF SUEZ

Notas Explicativas

10 – INVESTIMENTOS

a) Composição

	Controladora	
	30.06.2014	31.12.2013
Participações societárias permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial		
Equivalência patrimonial	2.588.656	2.336.073
"Ágio" (Direito de concessão)	78.523	80.193
	2.667.179	**2.416.266**

b) Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial

b.1) Movimentação dos investimentos

	Saldos em 31.12.2013	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Dividendos	Saldos em 30.06.2014
Itasa[9]	**323.129**	-	3.490	(23.010)	**303.609**
CEE[10]	**1.002.589**	-	(26.896)	-	**975.693**
Lages[11]	**59.198**	-	3.908	(18.720)	**44.386**
TBLC[12]	**130.662**	-	69.582	-	**200.244**
TBLP[13]	**819.344**	201.559	42.676	-	**1.063.579**
Outros	**1.151**	-	(6)	-	**1.145**
Total	**2.336.073**	**201.559**	**92.754**	**(41.730)**	**2.588.656**

b.2) Informações adicionais

	Itasa	CEE	Lages	TBLC	TBLP
Participação (%)	**48,75%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**	**99,99%**
31.12.2013					
Ativo total	703.192	2.656.884	77.553	492.426	1.501.358
Patrimônio líquido	662.829	1.002.589	59.198	130.662	822.582
30.06.2014					
Ativo total	658.242	2.579.723	54.298	487.350	1.818.080
Patrimônio líquido	622.788	975.693	44.386	200.244	1.067.136
2º trimestre de 2014					
Receita líquida	31.754	86.157	11.074	657.451	63.877
Lucro líquido (Prejuízo)	(525)	(5.226)	1.316	21.773	24.620
6 meses de 2014					
Receita líquida	72.745	181.077	22.474	1.400.159	115.966
Lucro líquido (Prejuízo)	7.159	(26.896)	3.908	69.582	42.995

[9] Itá Energética S.A., operação em conjunto.
[10] Companhia Energética Estreito
[11] Lages Bioenergética Ltda.
[12] Tractebel Energia Comercializadora Ltda.
[13] Tractebel Energias Complementares Participações Ltda.

c) Aquisição de novos projetos

- Ferrari Termoelétrica S.A.

Em fevereiro de 2014, a controlada TBLP concluiu o processo de aquisição da totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica S.A. pelo valor de R$ 176.139, cuja composição é a seguinte:

(i) R$ 160.930 – valor pago na data do fechamento, dos quais R$ 46.073 foram depositados em conta vinculada, conforme mencionado na Nota 7 – Depósitos Vinculados. A liberação de R$ 34.000 desse valor está condicionada à implantação de melhorias na eficiência do processo de co-geração, à obtenção de licença ambiental, bem como à revisão da garantia física da usina para 35,6 MW médios. O restante do valor está atrelado principalmente à revisão técnica do turbo gerador e à conclusão de obras de adequação das subestações.

(ii) R$ 4.209 – montante pago em abril de 2014, relativo ao ajuste de preço decorrente da variação do capital do giro e endividamento líquido entre a data da assinatura do contrato e a data do fechamento do negócio.

(iii) R$ 11.000 – valor que será pago mediante o compromisso de fornecimento de combustível adicional pelo vendedor em quantidade e qualidade suficientes para que a UTE Ferrari gere 35,6 MW médios de energia elétrica.

O valor atualizado do depósito mencionado no item (i) bem como do compromisso citado no item (iii), no montante total de R$ 56.826, está registrado no passivo na rubrica "Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos".

A Ferrari Termoelétrica S.A. é uma sociedade de propósito específico detentora de todos os ativos da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari (UTE Ferrari), um empreendimento de cogeração de energia a biomassa de cana-de-açúcar, em operação comercial desde junho de 2009, localizado no Município de Pirassununga, Estado de São Paulo. A UTE Ferrari conta com uma capacidade instalada de 65,5 MW e capacidade comercial de 23,2 MW médios, dos quais 18,0 MW médios foram contratados em Leilões de Energia Elétrica destinados ao Ambiente de Contratação Regulada.

A Companhia está realizando o processo de avaliação do valor justo dos ativos e passivos adquiridos para fazer as devidas alocações no balanço de aquisição. conforme as regras de combinação de negócios.

Em abril de 2014, a Companhia iniciou as atividades direcionadas à modernização e ampliação da UTE. Com isso, é esperada a elevação da sua capacidade comercial para 35,6 MW médios, bem como de sua capacidade instalada para 80,5 MW.

Notas Explicativas

- Projeto Campo Largo

Em junho de 2014, a TBLP, controlada integral da Companhia, concluiu o processo de aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. e CLWP Brasil III Participações Ltda., pelos montantes de R$ 22.042 e R$ 34.410 respectivamente, dos quais R$ 8.652 referem-se a parcelas condicionadas ao aumento de capacidade instalada, atualizadas pela variação do IPCA e de juros de 1,5% a.a.

O montante total da aquisição corresponde, substancialmente, ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos.

A CLWP II é detentora de 5 sociedades de propósito específico (SPE), totalizando um potencial de desenvolvimento de 150 MW, e a CLWP III detém 10 SPE, com potencial total de desenvolvimento de 300 MW.

Os projetos se encontram em fase de avaliações e estudos internos quanto à sua implantação.

d) "Ágio" (Direito de concessão) - Controladora

Movimentação

	CEE
Saldos em 31.12.2013	**80.193**
Amortização	(1.670)
Saldos em 30.06.2014	**78.523**

Os valores relativos aos "Ágios" (Direito de concessão) pagos nas aquisições das controladas foram definidos com base no valor presente das projeções de fluxo de caixa obtidas através de avaliações econômico-financeiras e decorreram da aquisição da concessão outorgada pela Aneel para o uso do bem público na geração de energia elétrica.

O ativo está sendo amortizado no prazo do contrato de concessão em função da sua vida útil definida, visto que os benefícios econômicos decorrentes das aquisições desses investimentos ocorrerão ao longo do prazo da concessão.

Notas Explicativas

11 – IMOBILIZADO

a) Composição

		Controladora			
		30.06.2014			31.12.2013
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	2,7	5.070.718	(2.532.390)	2.538.328	2.611.608
Edificações e benfeitorias	3,0	1.495.888	(818.704)	677.184	696.891
Máquinas e equipamentos	4,0	6.132.709	(3.917.314)	2.215.395	2.295.728
Móveis e utensílios	6,3	9.391	(4.454)	4.937	4.901
Veículos	14,3	2.752	(1.534)	1.218	460
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(68.698)	-	(68.698)	(68.698)
(-) Obrigações especiais		(12.993)	-	(12.993)	(13.087)
		12.629.767	**(7.274.396)**	**5.355.371**	**5.527.803**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		870	-	870	1.005
Edificações e benfeitorias		8.111	-	8.111	6.411
Máquinas e equipamentos		153.739	-	153.739	95.518
Adiantamento a fornecedores		76.133	-	76.133	77.452
Aquisições a ratear		9.732	-	9.732	5.776
		248.585	**-**	**248.585**	**186.162**
		12.878.352	**(7.274.396)**	**5.603.956**	**5.713.965**

Notas Explicativas

		Consolidado			
		30.06.2014			31.12.2013
	Taxa média de depreciação %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Reservatórios, barragens e adutoras	3,0	7.109.254	(2.801.142)	4.308.112	4.413.281
Edificações e benfeitorias	3,2	1.787.236	(889.054)	898.182	908.946
Máquinas e equipamentos	4,0	8.539.913	(4.310.640)	4.229.273	4.151.181
Móveis e utensílios	6,3	10.197	(4.861)	5.336	5.324
Veículos	14,3	3.971	(2.014)	1.957	1.119
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(72.837)	-	(72.837)	(72.837)
(-) Obrigações especiais		(13.118)	-	(13.118)	(13.212)
		17.364.616	**(8.007.711)**	**9.356.905**	**9.393.802**
Em curso					
Reservatórios, barragens e adutoras		870	-	870	7.935
Edificações e benfeitorias		8.264	-	8.264	12.095
Máquinas e equipamentos		158.842	-	158.842	131.781
Adiantamento a fornecedores		100.602	-	100.602	148.140
Aquisições a ratear		10.413	-	10.413	14.474
		278.991	**-**	**278.991**	**314.425**
		17.643.607	**(8.007.711)**	**9.635.896**	**9.708.227**

b) Mutação do ativo imobilizado

	Controladora							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Redução ao valor recuperável	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	**2.611.608**	**696.891**	**2.295.728**	**5.361**	**186.162**	**(68.698)**	**(13.087)**	**5.713.965**
Ingressos	-	-	-	-	83.704	-	94	83.798
Juros capitalizados	-	-	-	-	168	-	-	168
Transferências	(4.540)	784	24.084	1.121	(21.449)	-	-	-
Baixas	-	(78)	(285)	(3)	-	-	-	(366)
Depreciação	(68.740)	(20.413)	(104.132)	(324)	-	-	-	(193.609)
Saldos em 30.06.2014	**2.538.328**	**677.184**	**2.215.395**	**6.155**	**248.585**	**(68.698)**	**(12.993)**	**5.603.956**

	Consolidado							
	Reservatórios, barragens e adutoras	Edificações e benfeitorias	Máquinas e equipamentos	Outros	Imobilizado em curso	Redução ao valor recuperável	Obrigações especiais	Total
Saldos em 31.12.2013	**4.413.281**	**908.946**	**4.151.181**	**6.443**	**314.425**	**(72.837)**	**(13.212)**	**9.708.227**
Ingressos	-	-	-	-	131.271	-	94	131.365
Aquisição Ferrari	-	7.463	60.422	137	13.251	-	-	81.273
Juros capitalizados	-	-	-	-	1.198	-	-	1.198
Transferências	2.286	8.236	168.772	1.860	(181.154)	-	-	-
Baixas	-	(78)	(367)	(4)	-	-	-	(449)
Depreciação	(107.455)	(26.385)	(150.735)	(1.143)	-	-	-	(285.718)
Saldos em 30.06.2014	**4.308.112**	**898.182**	**4.229.273**	**7.293**	**278.991**	**(72.837)**	**(13.118)**	**9.635.896**

Notas Explicativas

c) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original das Usinas

A Companhia, com base exclusivamente na interpretação da Lei nº 8.987/95 e do Decreto nº 2.003/96, considera que não há total garantia de indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da concessão e autorização dos empreendimentos hidrelétricos, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original.

Dessa forma, a Companhia, está depreciando esses ativos de acordo com as taxas determinadas pela Aneel, limitadas ao prazo de concessão, embora a legislação e os contratos prevejam a possibilidade da renovação das concessões e autorizações.

Ainda segundo a referida legislação, os investimentos adicionais realizados para garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido serão indenizados pelo poder concedente ao final do prazo das concessões e autorizações. Desta forma, esses ativos estão sendo depreciados de acordo com as taxas de depreciação estabelecidas pela Aneel.

d) Ajuste a valor justo do ativo imobilizado

Em atendimento às orientações previstas no CPC 27 (Ativo imobilizado) e no ICPC 10 (Esclarecimentos sobre o CPC 27 e o CPC 28 - Propriedades para investimento), em 01.01.2009, data da primeira adoção das normas internacionais e CPC, a Companhia adotou o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado das usinas da Companhia cujos valores contábeis se apresentavam substancialmente diferentes dos seus valores justos.

O ajuste a valor justo do imobilizado, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferidos, teve como contrapartida a conta "Ajustes de avaliação patrimonial", no patrimônio líquido. A depreciação do referido ajuste não gera efeitos na base de apuração do imposto de renda e da contribuição social nem na base de distribuição de dividendos.

Os saldos do imobilizado, em 30.06.2014 e 31.12.2013, contemplam o ajuste a valor justo, líquido de depreciação, nos montantes de R$ 764.830 e R$ 799.114, respectivamente. A depreciação sobre os ajustes ao valor justo no trimestre e semestre findos em 30.06.2014 foi de R$ 17.140 e R$ 34.284, respectivamente.

e) Registro da concessão onerosa contratada ou adquirida em uma combinação de negócios

A Companhia, para fins de elaboração das informações consolidadas, considerou como referência para o registro das concessões onerosas e autorizações concedidas pela União Federal para o uso do bem público para a geração de energia, contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios, o Guia de Aplicação do IFRS 3 - Combinação de negócios, que permite o reconhecimento do valor justo da concessão e do ativo imobilizado como único ativo nas demonstrações contábeis, quando esses ativos não puderem ser vendidos ou transferidos separadamente.

Com base nesse pronunciamento, a Companhia reconheceu a concessão onerosa e as autorizações contratadas ou adquiridas em uma combinação de negócios como um único ativo, no grupo do ativo imobilizado, distribuído pelas naturezas dos ativos proporcionalmente ao seu custo de aquisição. Esse procedimento vinha sendo adotado pela Companhia antes da obrigatoriedade da adoção dos IFRS e CPC, em 01.01.2009, e foi mantido para as transações ocorridas posteriormente a esta data, de modo que fosse conservada a consistência dos procedimentos.

O saldo dessas concessões e autorizações de uso do bem público para a geração de energia, no ativo imobilizado, em 30.06.2014 e 31.12.2013, é de R$ 745.465 e R$ 762.724, respectivamente, na controladora, e de R$ 1.060.782 e R$ 1.085.984, respectivamente, no consolidado.

f) Redução ao valor recuperável de ativos (*Impairment*)

A Companhia avalia periodicamente os bens do imobilizado com a finalidade de identificar evidências que levem à perda de valores não recuperáveis desses ativos, ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o seu valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado. Além dos valores reconhecidos em 2013, não há quaisquer indicativos identificados que possam resultar na redução do valor recuperável de outros ativos na Companhia.

12 – INTANGÍVEL

a) Composição

		Controladora			
		30.06.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Direito de uso	Até 2034	34.940	(25.077)	**9.863**	**10.920**
		34.940	**(25.077)**	**9.863**	**10.920**

		Consolidado			
		30.06.2014			31.12.2013
	Período de amortização	Custo corrigido	Amortização acumulada	Total	Total
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524	-	135.524	-
Direito de uso	Até 2037	43.326	(26.700)	16.626	16.907
Direito de compra de energia	Até 2023	64.561	(9.023)	55.538	58.546
Condicionantes de licença de operação	Até 2014	22.244	(19.156)	3.088	6.889
Direitos do Projeto Trairí	Até 2041	12.668	(267)	12.401	12.668
Direitos do Projeto Campo Largo	-	77.182	-	77.182	21.670
Direitos do Projeto Santa Mônica	-	6.565	-	6.565	6.565
Gastos com desenvolvimento de projetos	-	9.746	-	9.746	3.107
		371.816	**(55.146)**	**316.670**	**126.352**

- Mais-valia na aquisição da Ferrari

A Companhia está realizando o processo de mensuração a valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos para proceder às devidas alocações da mais-valia paga na aquisição da Ferrari. Maiores detalhes estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

- Direitos do Projeto Campo Largo

Em junho de 2014, a Companhia registrou direitos do projeto de geração de energia eólica Campo Largo adquiridos em combinação de negócios. Os direitos do projeto correspondem ao valor justo dos projetos básicos ambientais, da certificação de geração de energia, das medições de ventos, das licenças ambientais prévias e dos contratos de arrendamentos. A amortização desses direitos será iniciada assim que os projetos eólicos entrarem em operação comercial e será limitada ao prazo de autorização das respectivas usinas. Outros detalhes sobre a aquisição estão descritos na Nota 10 – Investimentos.

b) Mutação

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31.12.2013	**10.920**	**126.352**
Ingresso	1.176	3.653
Mais-valia na aquisição da Ferrari	-	135.524
Aquisições de projetos	-	62.148
Amortização	(2.233)	(11.007)
Saldos em 30.06.2014	**9.863**	**316.670**

13 – FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Circulante				
Energia elétrica comprada para revenda	34.622	9.017	122.895	81.425
Transações no mercado de curto prazo	240.220	111.097	252.132	216.851
Encargos de uso da rede elétrica	30.596	29.484	37.325	36.032
Materiais e serviços	43.118	30.827	59.966	43.787
Combustíveis fósseis e biomassa	120.162	84.630	121.506	86.366
Fornecedores de imobilizado e intangível	5.358	16.656	27.782	45.885
	474.076	**281.711**	**621.606**	**510.346**

A Companhia não possui valores vencidos com seus fornecedores de bens, direitos e serviços relacionados com a sua atividade operacional.

O aumento na rubrica "Transações no mercado de curto prazo" está relacionado à maior exposição da Companhia na CCEE em 30.06.2014 em relação a 31.12.2013.

No segundo trimestre de 2014, a Companhia reconheceu a reversão da provisão dos custos relativos à participação dos geradores no rateio dos Encargos de Serviço do Sistema (ESS), estabelecida pela Resolução CNPE 03/2013, nos montantes de R$ 43.285 na controladora e R$ 54.485 no consolidado, em razão da elevação da possibilidade de êxito na ação que contesta a cobrança desses valores.

Notas Explicativas

14 – EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição

	Controladora					
	30.06.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	-	143.333	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	155.939	155.939	-	149.990	149.990
BNDES	16.003	133.361	149.364	16.003	141.363	157.366
Bancos (Repasse BNDES)	32.916	284.969	317.885	32.317	298.811	331.128
Encargos	5.068	-	5.068	7.635	-	7.635
	197.320	**574.269**	**771.589**	**342.622**	**590.164**	**932.786**
Moeda estrangeira sem *hedge*						
BNP Paribas *(Floating Rate Note)*	-	120.600	120.600	-	129.060	129.060
Encargos	2.282	-	2.282	367	-	367
	2.282	**120.600**	**122.882**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	422.469	422.469	-	210.329	210.329
Encargos	526	-	526	350	-	350
	526	**422.469**	**422.995**	**350**	**210.329**	**210.679**
HSBC Brasil – *swap*	-	19.122	19.122	-	-	-
	200.128	**1.136.460**	**1.336.588**	**343.339**	**929.553**	**1.272.892**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*[14]	-	-	-	-	1.115	1.115
	-	**-**	**-**	**-**	**1.115**	**1.115**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**200.128**	**1.136.460**	**1.336.588**	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**

[14] Registrado na rubrica "Outros ativos não circulantes"

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30.06.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Passivo:						
Mensurados ao custo amortizado						
Moeda nacional						
Bank of America Merrill Lynch	143.333	-	143.333	286.667	-	286.667
Nordic Investment Bank	-	155.939	155.939	-	149.990	149.990
BNDES	124.129	1.464.128	1.588.257	119.369	1.498.097	1.617.466
Bancos (Repasse BNDES)	70.810	809.773	880.583	68.392	830.932	899.324
Banco do Brasil	3.966	9.254	13.220	3.966	11.237	15.203
Encargos	10.726	-	10.726	13.732	-	13.732
	352.964	**2.439.094**	**2.792.058**	**492.126**	**2.490.256**	**2.982.382**
Moeda estrangeira sem *hedge*						
BNP Paribas (*Floating Rate Note*)	-	120.600	120.600	-	129.060	129.060
Encargos	2.282	-	2.282	367	-	367
	2.282	**120.600**	**122.882**	**367**	**129.060**	**129.427**
Mensurado ao valor justo						
Moeda estrangeira com *hedge*						
HSBC USA	-	422.469	422.469	-	210.329	210.329
Encargos	526	-	526	350	-	350
	526	**422.469**	**422.995**	**350**	**210.329**	**210.679**
HSBC Brasil – *swap*	-	19.122	19.122	-	-	-
	355.772	**3.001.285**	**3.357.057**	**492.843**	**2.829.645**	**3.322.488**
Ativo não circulante:						
Mensurado ao valor justo - *hedge*						
HSBC Brasil – *swap*	-	-	-	-	1.115	1.115
	-	**-**	**-**	**-**	**1.115**	**1.115**
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**355.772**	**3.001.285**	**3.357.057**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**

b) Mutação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	**343.339**	**928.438**	**1.271.777**	**492.843**	**2.828.530**	**3.321.373**
Ingressos	-	233.854	233.854	-	234.415	234.415
Aquisição Ferrari	-	-	-	6.152	38.354	44.506
Juros no resultado	44.455	3.125	47.580	117.538	2.095	119.633
Juros capitalizados	-	168	168	-	1.198	1.198
Variações monetárias	23	5.837	5.860	23	5.837	5.860
Variações cambiais	(109)	(8.460)	(8.569)	(109)	(8.460)	(8.569)
Ajuste a valor justo de empréstimo e *swap*	-	77	77	-	77	77
Transferências	26.579	(26.579)	-	100.761	(100.761)	-
Amortização de principal	(167.493)	-	(167.493)	(241.303)	-	(241.303)
Amortização de juros	(46.666)	-	(46.666)	(120.133)	-	(120.133)
Saldos em 30.06.2014	**200.128**	**1.136.460**	**1.336.588**	**355.772**	**3.001.285**	**3.357.057**

c) Principais transações realizadas no primeiro semestre de 2014

- Empréstimo no HSBC Bank USA

Em março de 2014, a Companhia contratou um empréstimo junto ao HSBC Bank no valor de US$ 100.000 (equivalente a R$ 230.940). As principais condições contratadas são as seguintes:

- Juros: 1,429411% a.a. fixos;
- Vencimento do principal: Única parcela ao final do contrato em 10.03.2016;
- Amortização dos juros: trimestralmente com início em 10.06.2014 e término em 10.03.2016.

A Companhia, para proteger a totalidade dos fluxos de caixa futuros contra as oscilações do dólar norte americano, contratou uma operação de *swap*, com a subsidiária brasileira da mesma instituição financeira que concedeu o empréstimo, no valor de R$ 230.940, através da qual manterá uma posição ativa correspondente à variação do dólar mais juros de 1,429411% a.a. e uma posição passiva equivalente a 97% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). O vencimento do principal e a amortização dos juros do empréstimo e do swap ocorrerão exatamente nas mesmas datas.

Notas Explicativas

- Aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A.

Conforme comentado na Nota 10 – Investimentos, em fevereiro de 2014, a TBLP adquiriu a totalidade do capital social da Ferrari Termoelétrica. Esta empresa já possuía contratos de financiamento Direto com o BNDES e Repasse do BNDES através do Itaú BBA, os quais apresentavam saldo de R$ 44.506. As principais características destes financiamentos são as que seguem:

- Vencimento: junho de 2021;
- Amortização e pagamento dos juros: mensal;
- Juros: TJLP + 1,91% a.a. para a modalidade Direto e TJLP + 3,40% a.a. para a modalidade Repasse.

d) Vencimentos dos empréstimos e financiamentos apresentados no passivo não circulante

	Controladora				Consolidado			
		Moeda estrangeira				Moeda estrangeira		
	Moeda nacional	Sem *hedge*	Com *hedge*	Total	Moeda nacional	Sem *hedge*	Com *hedge*	Total
Julho a dezembro de 2015	30.288	120.600	209.570	360.458	105.587	120.600	209.570	435.757
2016	71.855	-	232.021	303.876	223.106	-	232.021	455.127
2017	71.863	-	-	71.863	223.381	-	-	223.381
2018	71.863	-	-	71.863	218.544	-	-	218.544
2019	71.863	-	-	71.863	217.092	-	-	217.092
2020 a 2024	256.537	-	-	256.537	922.580	-	-	922.580
2025 a 2029	-	-	-	-	528.804	-	-	528.804
Empréstimos e financiamentos, líquidos do *swap*	**574.269**	**120.600**	**441.591**	**1.136.460**	**2.439.094**	**120.600**	**441.591**	**3.001.285**

Notas Explicativas

e) Condições Contratadas

		Condições de pagamento		
Empresas / Bancos	**Juros**	**Vencimento**	**Principal e juros**	**Saldos em 30.06.2014**
Moeda nacional				
Controladora				
Bank of America Merrill Lynch	98% do CDI	07.2014	Principal: 07.2014 Juros: trimestrais	146.046
Nordic Investment Bank	IPCA + 3,55% a.a.	10.2022	Principal: trimestral a partir de 10.2015 Juros: trimestrais	156.859
BNDES	TJLP + 2,7% a.a. (a)	10.2023	Mensais	149.796
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 3,25% a.a. (a)	10.2023	Mensais	302.557
Bancos (Repasse Finame)	2,5% a.a. e 3,5% a.a.	01.2024	Principal: mensal a partir de 02.2015 Juros mensais e trimestrais, dependendo do contrato	16.331
Controladas				
CEE				
BNDES	TJLP + 1,89% a.a. (a)	09.2029	Mensais	812.228
BNDES – Crédito Social (e)	TJLP	06.2018	Mensais	20.313
Bancos (Repasse BNDES) (b)	TJLP + 2,95% a.a. (a)	09.2029	Mensais	551.465
Hidropower (Banco do Brasil)	8,08% a.a. (c)	10.2017	Mensais	13.319
Beberibe (BNDES)	TJLP + 3,5% a.a. (a)	12.2023	Mensais	82.825
Pedra do Sal (BNDES)	TJLP + 1,92% a.a. (a)	12.2023	Mensais	55.969
Areia Branca (BNDES)	TJLP + 2,5% a.a. (a)	06.2024	Mensais	47.478
Ibitiúva				
BNDES (Subcrédito A e C)	TJLP + 2,05% a.a. (a)	01.2021	Mensais	23.549
BNDES (Subcrédito B) (d)	4,5% a.a.	01.2020	Mensais	23.594
Complexo Eólico Trairí (BNDES) (f)	TJLP + 2,51% (a)	07.2029	Mensais	347.220
Ferrari				
BNDES	TJLP + 1,91% a.a.	06.2021	Mensais	29.594
Bancos (Repasse BNDES)	TJLP + 3,40% a.a.	06.2021	Mensais	12.915

Continua na próxima página

(a) O montante correspondente à parcela da TJLP que exceder 6% a.a. é capitalizado, incorporando-se ao principal dos financiamentos.

(b) Os Bancos são os seguintes: Itaú Unibanco, Itaú BBA, Bradesco, Santander e Votorantim.

(c) Taxa fixa já considerando o bônus de adimplência de 15% para pagamento até a data de vencimento.

(d) Crédito destinado a financiar máquinas e equipamentos da Usina Ibitiúva.

(e) Crédito destinado a financiar exclusivamente projetos sociais e ambientais do empreendimento Estreito.

(f) Para financiamento do Complexo Eólico Trairi que compõe as seguintes empresas: Trairí, Mundaú, Guajiru e Fleixeiras I.

Continuação

Empresas / Bancos	Juros	Condições de pagamento: Vencimento	Condições de pagamento: Principal e juros	Saldos em 30.06.2014
Moeda estrangeira				
Controladora				
BNP Paribas (Floating Rate Note)	*Euribor* + 2,75%a.a.	11.2015	Anuais	122.882
HSBC USA (g)	1,3882% a.a.	08.2015	Principal: 08.2015 Juros: trimestrais	209.921
HSBC USA (h)	1,429411% a.a.	03.2016	Principal: 03.2016 Juros: trimestrais	232.196

(g) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 99,9% do CDI.

(h) O empréstimo está totalmente protegido contra a variação do dólar norte americano através de uma operação de *swap* cambial em que a Companhia se torna passiva em uma taxa equivalente a 97,0% do CDI.

f) Compromissos financeiros contratuais (*covenants*)

Os compromissos financeiros estabelecidos nos contratos de empréstimos e financiamentos estão sendo cumpridos pela Companhia.

15 – DEBÊNTURES

a) Composição

	Controladora e Consolidado 31.12.2013
Circulante	
2ª Emissão – série única	166.706
Juros	7.366
	174.072

b) Mutação das debêntures

	Controladora e Consolidado
Saldo em 31.12.2013	**174.072**
Juros no resultado	4.421
Variações monetárias	6.101
Amortização de principal	(172.518)
Amortização de juros	(12.076)
Saldo em 30.06.2014	**-**

Em maio de 2014 foi realizado o pagamento da terceira e última parcela das debêntures no valor de R$ 184.594, sendo R$ 172.518 referentes à amortização de principal e R$ 12.076 relativos ao pagamento de juros.

Notas Explicativas

16 – CONCESSÕES A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013	30.06.2014	31.12.2013
Usina Hidrelétrica Cana Brava	632.806	587.992	632.806	587.992
Usina Hidrelétrica Ponte de Pedra	560.666	524.297	560.666	524.297
Usina Hidrelétrica São Salvador	453.931	439.539	453.931	439.539
Usina Hidrelétrica Estreito	-	-	44.830	43.341
	1.647.403	**1.551.828**	**1.692.233**	**1.595.169**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	49.467	47.397	54.079	51.763
Passivo não circulante	1.597.936	1.504.431	1.638.154	1.543.406
	1.647.403	**1.551.828**	**1.692.233**	**1.595.169**

A Companhia possui contratos de concessão onerosa com a União Federal para a Utilização do Bem Público (UBP) para a geração de energia nas seguintes usinas hidrelétricas: Cana Brava, Ponte de Pedra, São Salvador e Estreito. As características dos negócios e dos contratos indicam a condição e intenção das partes de executá-los integralmente.

Considerando que os valores contratuais estão a preços futuros, a Companhia procedeu ao seu ajuste a valor presente com base em taxas de desconto de referência na data da assunção da obrigação, quais sejam: Cana Brava, São Salvador e Estreito - 10% a.a. e Ponte de Pedra - 8,28% a.a.

Durante a construção das usinas, a atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária foi capitalizada no ativo imobilizado e, a partir da data da entrada em operação comercial, reconhecida diretamente no resultado.

a) Mutação

	Controladora			Consolidado		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31.12.2013	**47.397**	**1.504.431**	**1.551.828**	**51.763**	**1.543.406**	**1.595.169**
Juros no resultado	-	72.007	72.007	-	74.111	74.111
Variações monetárias	-	48.118	48.118	-	49.833	49.833
Transferências	26.620	(26.620)	-	29.196	(29.196)	-
Amortizações	(24.550)	-	(24.550)	(26.880)	-	(26.880)
Saldos em 30.06.2014	**49.467**	**1.597.936**	**1.647.403**	**54.079**	**1.638.154**	**1.692.233**

b) Vencimentos das concessões a pagar apresentadas no passivo não circulante

	Controladora	Consolidado
Julho a dezembro de 2015	23.093	25.212
2016	43.010	46.956
2017	39.107	42.694
2018	35.559	38.820
2019	40.895	43.860
2020 a 2024	495.247	506.480
2025 a 2029	586.609	593.583
2030 a 2034	319.499	323.827
2035 a 2038	14.917	16.722
	1.597.936	**1.638.154**

17 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	**31.12.2013**	**30.06.2014**	**31.12.2013**
Imposto de renda	81.576	334.442	88.987	336.524
Contribuição social	23.967	103.412	27.454	104.553
	105.543	**437.854**	**116.441**	**441.077**
(-) Tributos federais a compensar	(21.422)	(6.267)	(27.318)	(6.911)
	84.121	**431.587**	**89.123**	**434.166**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

Notas Explicativas

18 – OUTRAS OBRIGAÇÕES FISCAIS E REGULATÓRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	**31.12.2013**	**30.06.2014**	**31.12.2013**
Tributos federais				
Pis e Cofins	20.144	11.765	24.152	12.581
INSS	3.173	3.184	3.630	3.955
Outros	1.239	1.807	1.286	1.850
	24.556	**16.756**	**29.068**	**18.386**
(-) Tributos federais a compensar	(3.175)	(5.077)	(5.387)	(5.390)
	21.381	**11.679**	**23.681**	**12.996**
Tributos estaduais				
ICMS a pagar	3.136	3.655	17.933	16.256
(-) Tributos estaduais a compensar	(1.503)	(1.988)	(1.546)	(1.989)
	1.633	**1.667**	**16.387**	**14.267**
Tributos municipais				
ISSQN[15]	689	654	927	1.701
Obrigações regulatórias				
Compensação financeira pela utilização dos recursos hídricos	22.699	28.896	26.891	32.894
Taxa de fiscalização	866	903	1.055	1.069
	23.565	**29.799**	**27.946**	**33.963**
	47.268	**43.799**	**68.941**	**62.927**

As obrigações fiscais correntes são apresentadas líquidas dos ativos quando os referidos tributos corresponderem às mesmas entidades tributárias e há a intenção da administração da Companhia em quitá-los pelo valor líquido.

[15] Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza

Notas Explicativas

19 – OBRIGAÇÕES VINCULADAS À AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS

	Consolidado	
	30.06.2014	31.12.2013
Ferrari Termoelétrica	56.826	-
Projeto Santa Mônica	4.045	3.895
Projeto Campo Largo	9.142	12.524
	70.013	**16.419**
Classificação no balanço patrimonial		
Passivo circulante	69.229	3.573
Passivo não circulante	784	12.846
	70.013	**16.419**

Nesta rubrica estão classificadas as obrigações relacionadas à aquisição de investimentos cuja liquidação está condicionada ao cumprimento de algumas condições precedentes. Maiores detalhes sobre a operação de compra da Ferrari Termoelétrica S.A. estão descritas na Nota 10 – Investimentos.

20 – PROVISÕES FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

As ações e reclamações de naturezas fiscais, cíveis e trabalhistas que, na avaliação dos consultores jurídicos e da Administração da Companhia, se revestem de riscos prováveis de desembolso futuro estão provisionadas por valores julgados suficientes para a liquidação dos respectivos passivos.

a) Composição

	Controladora		Consolidado	
Riscos prováveis:	**30.06.2014**	**31.12.2013**	**30.06.2014**	**31.12.2013**
Fiscais				
INSS	17.467	16.904	17.467	16.904
Outros	1.728	3.901	2.363	4.491
	19.195	**20.805**	**19.830**	**21.395**
Cíveis				
Tarifa de uso do sistema de transmissão	87.948	79.745	87.948	79.745
Contratos com fornecedores	27.403	26.661	27.403	26.661
Benefícios de aposentadoria	12.877	12.072	12.877	12.072
Ambientais	10.505	9.117	10.505	9.117
Doença ocupacional e acidente do trabalho	2.493	2.352	2.493	2.352
Desapropriações	22.593	20.991	22.593	20.991
Ações diversas	10.148	10.570	12.655	12.725
	173.967	**161.508**	**176.474**	**163.663**
Trabalhistas	**10.758**	**9.646**	**11.200**	**9.914**
Total	**203.920**	**191.959**	**207.504**	**194.972**
Classificação no balanço patrimonial				
Passivo circulante	15.971	14.305	16.802	15.136
Passivo não circulante	187.949	177.654	190.702	179.836
	203.920	**191.959**	**207.504**	**194.972**

Notas Explicativas

Informações mais recentes sobre as provisões avaliadas como prováveis:

a.1) Riscos fiscais

- Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)

Refere-se, substancialmente, a uma Notificação Fiscal de Lançamento de Débito (NFLD) recebida pelo não recolhimento de contribuição adicional ao Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) nas competências de abril de 1999 a março de 2004, em razão de suposta ausência de comprovação de fator de risco relacionado com o ambiente de trabalho. A Companhia defende que não há respaldo na legislação citada na referida notificação para as mencionadas competências, e que somente poderia ser cobrado o adicional de contribuição para o empregado que tivesse direito à aposentadoria especial, o que não é o caso no período em referência.

A Companhia aguarda o julgamento do recurso que interpôs nesse processo. O montante provisionado em 30.06.2014 é de R$ 15.215 (R$ 14.801 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

a.2) Riscos cíveis

- Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST)

A ação visa ajustar a TUST paga pela UHE Ponte de Pedra ao montante equivalente ao cobrado de outra usina com características semelhantes. A Companhia provisiona a diferença entre o valor cobrado e o valor que entende ser devido, e contrata carta de fiança em garantia do valor controverso. No terceiro trimestre de 2013, foi proferida sentença de mérito julgando a ação parcialmente procedente, porém a Aneel e alguns agentes apelaram da decisão para o Tribunal de Justiça.

- Contratos com fornecedores – Companhia de Interconexão Energética (Cien)

Refere-se à ação ordinária de indenização ajuizada pela Cien requerendo o direito ao recebimento de diferença relativa à aplicação de reajuste cambial previsto no contrato de venda de energia, bem como a rescisão do mesmo por suposto descumprimento de cláusula contratual.

Em novembro de 2012, foi proferida sentença julgando improcedente o pedido da Cien. A mesma se opôs a essa sentença, via Embargos de Declaração, que não foram acolhidos, e interpôs Recurso de Apelação para o Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC), onde se aguarda a designação de relator. O montante relacionado a essa causa em 30.06.2014 é de R$ 25.075 (R$ 23.665 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

b) Riscos possíveis e remotos

A Companhia é parte em outros processos judiciais que na avaliação de seus consultores jurídicos e da Administração da Companhia não apresentam risco provável de desembolso futuro. Os valores relativos a esses processos, abaixo mencionados, não são provisionados, sendo apenas mencionados em notas explicativas.

	Controladora					
	30.06.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	239.520	112.097	351.617	227.760	271.796	499.556
Cíveis	16.948	724	17.672	16.409	455	16.864
Trabalhistas	5.294	23.758	29.052	8.098	23.932	32.030
	261.762	**136.579**	**398.341**	**252.267**	**296.183**	**548.450**

	Consolidado					
	30.06.2014			31.12.2013		
	Risco possível	Risco remoto	Total	Risco possível	Risco remoto	Total
Fiscais	310.380	125.795	436.175	290.421	285.120	575.541
Cíveis	43.518	878	44.396	42.550	607	43.157
Trabalhistas	6.901	23.758	30.659	10.103	23.932	34.035
	360.799	**150.431**	**511.230**	**343.074**	**309.659**	**652.733**

b.1) Riscos fiscais possíveis

Os principais riscos de natureza fiscal avaliados pela Companhia e seus assessores jurídicos como sendo de risco possível são os seguintes:

- Denúncia espontânea

O Código Tributário Nacional (CTN) contém dispositivo que permite o recolhimento de tributos em atraso sem a aplicação de multa de mora, através de "denúncia espontânea", desde que efetuado antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização. Ocorre que a Receita Federal do Brasil (RFB) não vem aceitando recolhimentos fora do prazo sem a correspondente multa de mora.

Para garantir seu direito nesta situação, a Companhia apresenta impugnações administrativas e, quando necessário, judiciais. Em 18.05.2012, a RFB cientificou a Companhia de Acórdão proferido pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), conferindo decisão favorável à Companhia, por unanimidade de votos.

A discussão envolvia o valor de R$ 495. Apesar do valor não ser muito expressivo, a decisão é importante como novo precedente administrativo, o que poderá dispensar a busca do judiciário para garantia do direito legal da Companhia nos novos processos.

O montante das notificações atualizadas em 30.06.2014 é de R$ 59.469 (R$ 57.927 em 31.12.2013) na controladora e no consolidado.

Notas Explicativas

- Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS)

A Companhia e sua controlada TBLC foram autuadas pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, sob a alegação de que as notas fiscais de venda de energia elétrica a consumidores livres são emitidas no mês seguinte ao do fato gerador. Pelo entendimento do fisco, essa prática posterga em um mês o recolhimento do imposto devido ao Estado.

A medição da energia utilizada pelo cliente é realizada pela distribuidora à qual o mesmo está conectado. Posteriormente, a distribuidora remete as informações para a CCEE, entidade responsável pelos ajustes dessa medição, a fim de possibilitar a contabilização da energia comercializada pelo agente.

O procedimento de medição é concluído até o oitavo dia do mês seguinte ao fornecimento, portanto, somente a partir disponibilização do consumo medido pela distribuidora é possível faturar a energia consumida pelo cliente.

Em relação aos dois processos atribuídos à controlada TBLC foi apresentado recurso ao Tribunal de Impostos e Taxas que reduziu o montante e a multa em um dos processos e manteve os valores originalmente atribuídos ao outro.

Após esta decisão, a TBLC ingressou com pedido de retificação e a admissibilidade do Recurso Especial nos dois processos. Para ambos foi negado provimento ao pedido, bem como indeferido o Recurso. Em relação aos processos cujos recursos na esfera administrativa não foram admitidos, a TBLC ingressou com Ação judicial inclusive efetuando a garantia do juízo via fiança bancária em ambos os autos, sendo que em um dos processos a Companhia obteve liminar deferida e o outro se encontra pendente de julgamento.

Existem, também, dois processos aplicados à Tractebel Energia, sendo que em ambos houve a redução do valor da multa, porém a Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo ingressou com recurso contra esta redução. Diante desta situação, a Companhia interpôs um pedido de retificação do julgado e recurso especial com o objetivo de obter decisão integral favorável ao cancelamento das inscrições descritas nos autos, os quais estão no aguardo de admissibilidade por parte do juízo.

Apesar do êxito parcial das defesas apresentadas pela Companhia, a administração e seus consultores entendem que a totalidade dos lançamentos está comprometida por erro de apuração e embasamento legal, onde a possibilidade de ganho supera o risco de perda.

Os referidos autos de infração estão sendo contestados pela Companhia juntamente com seus advogados. O montante atualizado desses autos em 30.06.2014 é de R$ 16.884 (R$ 16.389 em 31.12.2013), na controladora, e de R$ 65.416 (R$ 63.230 em 31.12.2013), no consolidado.

Ainda que eventualmente se mantenham parcialmente os autos de infração, a Administração da Companhia e seus advogados entendem que o passivo contingente seria inferior a 10% do lançado pela fiscalização, que adotou critérios de apuração sem embasamento legal, o que reduziria substancialmente o valor anteriormente informado.

Notas Explicativas

- Compensação de base negativa na sucessão e dispensa de multa em denúncia espontânea

Em junho de 2008, a Companhia obteve decisão favorável da Delegacia de Julgamento em Florianópolis, relativamente à parte do auto de infração emitido pela RFB, em virtude da utilização de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro (CSLL) no ano-calendário de 2003, originada de operação de incorporação. Nesse auto, o fisco também exigiu o pagamento de tributos quitados em atraso pela Companhia sem a incidência de multa, através de compensação com créditos tributários existentes, com fundamento no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN.

Os valores referentes à base negativa de CSLL são provenientes de incorporação de empresa, ocorrida em 29.04.1998 e utilizados em data posterior à modificação introduzida na legislação tributária através da Medida Provisória (MP) nº 2.158-35, de 2001, que vedou a utilização de bases negativas decorrentes de incorporação, fusão ou cisão de empresas.

Como a incorporação se deu muito antes da vedação imposta pela referida MP, quando ainda era possível aproveitar a base negativa de CSLL da sucedida, a Companhia entende que a nova regra não alcança a incorporação levada a efeito. Os valores foram integrados ao seu patrimônio, na qualidade de sucessora, o que lhe garante o direito de utilizá-los. Tais argumentos foram acatados pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

No que respeita à quitação de tributos vencidos sem a incidência de multa e com a utilização de créditos tributários, antes de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, a Companhia entende que tal situação se enquadra no instituto da denúncia espontânea prevista no artigo 138 do CTN. Contudo, tal entendimento não foi acatado pela Delegacia de Julgamento de Florianópolis.

O processo encontra-se em tramitação no CARF, por parte da RFB, e com recurso voluntário da Companhia versando exclusivamente acerca da questão da não incidência da multa de mora. O montante atualizado dessa autuação em 30.06.2014 é de R$ 31.402 (R$ 30.736 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado.

- Recuperação de Pis e Cofins – CCC/CDE

Em 1998 foi publicada a Lei nº 9.718/98 ampliando a base de cálculo do Pis e da Cofins que, até então, incidiam apenas sobre o faturamento das empresas.

A Companhia questionou judicialmente a constitucionalidade da referida Lei, logrando êxito na demanda, em 01.09.2006, o que lhe permitiu compensar as contribuições calculadas sobre as receitas diversas das decorrentes de faturamento, relativamente ao período de apuração de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, para o Pis, e de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, para a Cofins.

O principal valor computado na base de cálculo do Pis e da Cofins, objeto de questionamento, referia-se à rubrica contábil denominada “Receita de Subvenção CCC”, destinada ao registro do consumo de combustível fóssil adquirido com recursos da Conta de Consumo de Combustível (CCC)” (Subvenção CCC).

Os combustíveis fósseis para geração de energia termoelétrica são adquiridos com recursos da CCC, sob a administração da Eletrobras, não representando, portanto, ônus para as geradoras.

Notas Explicativas

A sistemática de contabilização prevista no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico definia que o consumo de tais combustíveis fosse reconhecido como custo de operação em contrapartida de receita de Subvenção CCC.

Ao constatar que a forma de contabilização não era adequada, porquanto, o combustível não constituía ônus das geradoras, não sendo apropriado seu reconhecimento como custo e, concomitantemente, receita, a ANEEL procedeu à alteração do Manual de Contabilidade para, a partir do exercício social de 2006, refletir a contrapartida em conta retificadora dos custos de operação e não mais como receita. Essa alteração está fortemente fundamentada em Notas Técnicas emitidas por aquela Agência.

Em razão do reconhecimento, pela ANEEL, de que o procedimento contábil até então adotado estava inadequado e, consequentemente, a base de cálculo do Pis e da Cofins continha valores que não possuíam natureza de receita, a Companhia compensou, através do Pedido de Habilitação de Créditos Reconhecido por Decisão Judicial Transitada em Julgado, os valores recolhidos a maior relativamente ao período de 2004 a 2005.

Em 2009, a Receita Federal do Brasil (RFB) intimou a Companhia a recolher o valor de R$ 135.982 referente ao período de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, já incluídos os juros e multas, alegando que a Subvenção CCC representa faturamento, sendo obrigatória a sua inclusão na base de cálculo do Pis e da Cofins no período mencionado e que, portanto, era indevida a compensação efetuada. A Companhia apresentou Manifestação de Inconformidade em 31.03.2009. Esta contingência vinha sendo avaliada como de risco remoto até o seu transito em julgado, conforme a seguir mencionado.

Em 23.06.2014, a RFB, deu ciência do Acórdão, de 30.04.2014, da Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Florianópolis (DRJ), cujo teor deu provimento a Manifestação de Inconformidade interposta pela Companhia, reconhecendo o direito creditório discutido nos autos, no qual as compensações foram homologadas em sua integralidade, resultando na total extinção dos débitos, com o arquivamento dos autos. Em virtude da decisão, os registros, cujo montante atualizado em 23.06.2014 é de R$ 160.330 (R$ 157.891 em 31.12.2013), na controladora e no consolidado, deixaram de ser apresentados como risco remoto.

Em relação ao período compreendido entre fevereiro de 2004 e dezembro de 2005, a RFB expediu 31 autos de infração, cujo montante, em 30.06.2014, é de R$ 104.045 (R$ 95.927 em 31.12.2013), que corresponde a uma parte do valor compensado, sob a alegação de que, não obstante a alteração introduzida no Manual de Contabilidade pela ANEEL, o consumo de combustível fóssil de responsabilidade da CCC tem natureza de receita. A Companhia apresentou manifestação de inconformidade em relação a todos os processos.

Dos 31 processos, 16 encontram-se Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), que já julgou 11 processos, no montante de R$ 6.905, pela manutenção do lançamento do fisco. Um processo foi favorável a Empresa, por unanimidade de votos do colegiado, que anulou o Despacho Decisório, no valor de R$ 117. Os 4 processos pendentes de julgamento no CARF totalizam R$ 17.296. Considerando que o CARF consignou entendimento em desacordo com o princípio da verdade material, negando a análise de documentos acostados aos autos que comprovariam a regularidade das informações prestadas ao Fisco Federal e a inexistência de receita nos lançamentos contábeis, em dissonância com entendimento jurisprudencial pacífico firmado naquela corte, a Companhia ingressou com Recurso Especial na Câmara Superior de

Recursos Fiscais (CSRF). Os processos remanescentes, no montante de R$ 79.844, aguardam decisão da Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Florianópolis (DRJ).

No que concerne a este segundo período, em que o mérito está associado à não caracterização do lançamento contábil como receita, em razão do julgamento desfavorável à Companhia em 11 processos, cuja intimação foi recebida em 22.01.2014, o risco foi classificado como possível. A Companhia aguarda o julgamento dos processos.

21 – OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

A Companhia, através da PREVIG - Sociedade de Previdência Complementar, concede aos seus empregados planos de benefícios de previdência complementar. A PREVIG é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos, patrocinada pela Companhia, na condição de sua Instituidora, e por outras empresas do grupo GDF SUEZ estabelecidas no Brasil. Os planos de benefícios administrados pela PREVIG são de Contribuição Definida (CD) e de Benefício Definido (BD), este último fechado para novas adesões.

A Companhia patrocina ainda o plano BD da Fundação Eletrosul de Previdência e Assistência Social (ELOS), também fechado para novas adesões. Esse plano tem como participantes, principalmente, os aposentados que entraram em gozo de benefícios até 23.12.1997, data da cisão da Eletrosul, bem como os participantes que optaram pelo benefício proporcional diferido até aquela data, que não migraram para a PREVIG.

a) Plano de Benefício Definido (BD)

A composição das obrigações com benefícios de aposentadoria da Companhia é apresentada na tabela abaixo:

	Controladora e Consolidado					
	30.06.2014			31.12.2013		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Obrigações contratadas						
Contrato de confissão de dívidas passadas	14.861	84.645	99.506	21.535	55.548	77.083
Déficit não contratado						
Contribuições correntes	194	-	194	872	-	872
Déficit não contratado	13.796	101.977	115.773	6.444	134.120	140.564
Passivo atuarial registrado	**28.851**	**186.622**	**215.473**	**28.851**	**189.668**	**218.519**

As obrigações com benefícios de aposentadoria reconhecidas no balanço patrimonial estão parcialmente cobertas por obrigações contratadas através de instrumento de confissão de dívida e de termo de acordo firmados pela Companhia com as respectivas Fundações.

Notas Explicativas

As dívidas contratadas são atualizadas pelo Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) e, sobre as mesmas, incidem juros de 6% a.a. A expectativa de realização dos valores contratados apresentados no passivo não circulante é a seguinte:

	ELOS	PREVIG	Total
Julho a dezembro de 2015	1.858	1.064	2.922
2016	4.066	2.114	6.180
2017	4.309	2.241	6.550
2018	4.568	2.375	6.943
2019	4.843	2.518	7.361
2020 a 2024	25.688	8.592	34.280
2025 a 2029	17.791	-	17.791
2030 a 2033	2.618	-	2.618
	65.741	**18.904**	**84.645**

A movimentação das "Obrigações com benefícios de aposentadoria", por plano, está resumida a seguir:

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Passivo registrado em 31.12.2013	**210.026**	**5.847**	**-**	**2.646**	**218.519**
Custo do serviço corrente	-	17	-	40	57
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	12.175	197	(16)	131	12.487
Contribuições	-	(1.011)	-	-	(1.011)
Pagamentos de obrigações contratadas	(12.828)	(1.580)	(171)	-	(14.579)
Passivo registrado em 30.06.2014	**209.373**	**3.470**	**(187)**	**2.817**	**215.473**

A despesa líquida a ser reconhecida no resultado de julho a dezembro de 2014, relativamente ao plano de benefícios definidos e à gratificação de confidencialidade, é composta como segue:

	ELOS BD	PREVIG BD	PREVIG BSPS	GC	Total
Custo do serviço corrente	-	18	-	40	58
Juros sobre o passivo, líquido dos ativos	12.175	197	(16)	131	12.487
Despesa líquida	**12.175**	**215**	**(16)**	**171**	**12.545**

a.1) Benefício de gratificação de confidencialidade

Consiste no pagamento de uma remuneração aos empregados da carreira gerencial, por ocasião do término do seu vínculo empregatício.

b) Plano de Contribuição Definida (CD)

Além do plano de benefício definido, a PREVIG administra o plano tipo contribuição definida, onde o custeio dos benefícios é constituído por contribuições dos participantes e da patrocinadora. A contribuição da Companhia corresponde ao mesmo valor da contribuição básica de seus empregados, limitada a aproximadamente 7% da remuneração do empregado.

Notas Explicativas

22 – IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, estão apresentados de forma líquida, conforme segue:

	Controladora				
	30.06.2014				31.12.2013
Natureza dos créditos	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	811.279	202.820	73.015	275.835	288.059
Ganho não realizado em operações de *swap*	37.493	9.373	3.374	12.747	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Depreciação acelerada incentivada	59.550	14.888	5.360	20.248	16.028
Valor justo de concessão a pagar	44.654	11.164	4.019	15.183	15.557
Outros	554	139	50	189	-
Subtotal		**265.248**	**95.489**	**360.737**	**404.255**
Ativo:					
RIC [16]	116.434	29.109	-	29.109	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	115.837	28.959	10.425	39.384	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	131.806	32.952	11.863	44.815	44.815
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	195.653	48.913	17.609	66.522	62.455
Provisão para redução ao valor recuperável	63.419	15.855	5.708	21.563	23.358
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	92.739	23.185	8.347	31.532	30.626
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	-	-	-	-	15.761
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Outros	33.265	8.316	2.994	11.310	11.653
Subtotal		**190.758**	**58.195**	**248.953**	**263.213**
Total líquido		**74.490**	**37.294**	**111.784**	**141.042**

[16] Remuneração das Imobilizações em Curso

Notas Explicativas

Natureza dos créditos	Consolidado				
	30.06.2014				31.12.2013
	Base de cálculo	IR	CS	Total	Total
Passivo:					
Custo atribuído ao imobilizado (valor justo)	811.279	202.820	73.015	275.835	288.059
Ganho não realizado em operações de *swap*	37.493	9.373	3.374	12.747	48.076
Venda de energia no MAE (atual CCEE)	107.456	26.864	9.671	36.535	36.535
Valor justo de concessão a pagar	44.654	11.164	4.019	15.183	15.557
Depreciação acelerada incentivada	136.071	34.018	12.246	46.264	42.044
Outros	554	139	50	189	-
Subtotal		**284.378**	**102.375**	**386.753**	**430.271**
Ativo:					
Remuneração das Imobilizações em Curso (RIC)	116.434	29.109	-	29.109	30.928
Obrigações com benefícios de aposentadoria	115.837	28.959	10.425	39.384	38.899
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	133.943	33.486	12.055	45.541	45.535
Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas	198.652	49.663	17.879	67.542	63.330
Provisão para redução ao valor recuperável	63.419	15.855	5.708	21.563	23.358
Provisão para débito na CCEE (CNPE 03)	-	-	-	-	18.412
Ajuste a valor justo em combinação de negócios	92.739	23.185	8.347	31.532	30.626
Ajuste a valor justo do ativo imobilizado	42.662	10.666	3.840	14.506	14.968
Ajuste a valor presente de valores a receber	13.875	3.469	1.249	4.718	4.718
Prejuízo fiscal e base negativa de contrib. social	45.810	11.453	4.142	15.595	-
Outros	38.202	9.551	3.436	12.987	13.409
Subtotal		**215.396**	**67.081**	**282.477**	**284.183**
Total líquido		**68.982**	**35.294**	**104.276**	**146.088**
Classificação no balanço patrimonial					
Passivo		81.020	39.624	120.644	163.663
Ativo		(12.038)	(4.330)	(16.368)	(17.575)
Total		**68.982**	**35.294**	**104.276**	**146.088**

Apresentação dos tributos diferidos

A Companhia está apresentando os tributos diferidos passivos, líquidos dos ativos, quando esses correspondem às mesmas entidades tributárias e há o direito executável e a intenção da Administração da Companhia de liquidá-los pelo valor líquido.

Expectativa de realização

O horizonte de realização do ativo e de exigibilidade do passivo foi estimado conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Julho a dezembro de 2014	10.980	29.304	12.492	29.304
2015	66.804	17.439	76.328	17.439
2016	26.703	16.510	36.663	16.510
2017	13.209	19.772	14.302	19.772
2018	63.167	18.227	64.143	18.227
2019 a 2021	22.267	105.664	25.075	107.290
2022 a 2024	8.176	64.540	10.726	69.418
2025 em diante	37.647	89.281	42.748	108.793
	248.953	**360.737**	**282.477**	**386.753**

23 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social autorizado

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 5.000.000, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária. De acordo com o regulamento de listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, a Companhia não poderá emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias.

b) Capital social subscrito e integralizado

O capital social da Companhia, em 30.06.2014 e 31.12.2013, é de R$ 2.445.766, totalmente subscrito e integralizado, representado por 652.742.192 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal. O valor patrimonial da ação em reais, em 30.06.2014, é de R$ 8,06 (R$ 8,21 por ação em 31.12.2013).

O quadro societário da Companhia em 30.06.2014 e 31.12.2013 é o seguinte:

Acionistas	% do Capital
GDF SUEZ Energy Latin America Participações Ltda. (GSELA)	68,71
Banco Clássico S.A.	10,00
Outros acionistas	21,29
	100,00

Em 30.06.2014 e 31.12.2013, a quantidade de ações da Companhia em poder do acionista controlador GSELA era de 448.512.633. Nestas mesmas datas os administradores da Companhia possuíam 379.132 e 309.632 ações, respectivamente.

c) Outros resultados abrangentes

Referem-se aos ganhos ou perdas atuariais na rubrica "Outros resultados abrangentes", no Patrimônio Líquido, a partir de 01.01.2013, de acordo com o CPC 33 (R1) – Benefícios a empregados - equivalente à norma internacional IAS 19 revisada.

Notas Explicativas

24 – CONCILIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

Em atendimento às exigências do CPC 30 - Receitas, a tabela a seguir apresenta a conciliação entre a receita operacional bruta e a receita líquida de vendas:

	Controladora			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	545.432	472.952	1.057.570	946.600
Comercializadoras de energia elétrica	384.203	293.762	789.714	623.247
Consumidores livres	61.110	53.122	121.305	104.114
Transações no mercado de curto prazo	(1.703)	50.304	237.944	224.585
Outras receitas	17.362	14.942	31.500	28.494
	1.006.404	**885.082**	**2.238.033**	**1.927.040**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(87.478)	(75.839)	(195.443)	(159.524)
ICMS	(5.503)	(3.707)	(10.716)	(9.467)
ISS	(353)	(375)	(686)	(702)
Pesquisa e desenvolvimento	(7.480)	(7.974)	(11.319)	(16.784)
	(100.814)	**(87.895)**	**(218.164)**	**(186.477)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**905.590**	**797.187**	**2.019.869**	**1.740.563**

	Consolidado			
	2º Trimestre		Acumulado 6 meses	
	2014	2013	2014	2013
RECEITA OPERACIONAL BRUTA				
Distribuidoras de energia elétrica	800.655	746.368	1.567.008	1.514.859
Comercializadoras de energia elétrica	78.403	66.972	162.261	141.915
Consumidores livres	609.924	548.295	1.211.107	1.065.801
Transações no mercado de curto prazo	5.996	57.078	352.903	233.822
Outras receitas	16.434	10.729	26.323	26.234
	1.511.412	**1.429.442**	**3.319.602**	**2.982.631**
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL				
Pis e Cofins	(132.468)	(125.121)	(288.075)	(255.352)
ICMS	(5.503)	(21.055)	(10.716)	(43.015)
ISS	(353)	(375)	(686)	(702)
Pesquisa e desenvolvimento	(8.285)	(9.526)	(12.280)	(19.316)
	(146.609)	**(156.077)**	**(311.757)**	**(318.385)**
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	**1.364.803**	**1.273.365**	**3.007.845**	**2.664.246**

25 – DETALHAMENTO DOS GASTOS OPERACIONAIS POR NATUREZA

a) Custos de produção de energia elétrica e dos serviços prestados:

	Controladora							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	47.425	41.539	4.691	5.330	87.756	79.200	8.798	10.004
Serviço de terceiro	25.552	21.209	818	680	47.392	42.812	1.626	1.794
Material	6.548	6.108	235	249	12.544	11.987	487	448
Combustível	45.388	1.328	-	-	91.242	25.165	-	-
Royalties [17]	29.911	21.831	-	-	63.888	41.706	-	-
Depreciação	95.721	88.567	-	-	191.898	177.148	-	-
Seguros	2.639	2.502	176	81	5.254	5.050	259	174
Taxa de fiscalização	2.588	2.591	-	-	5.218	5.182	-	-
Aluguéis	788	603	208	308	1.576	1.480	441	523
Reversão de passivos prescritos[18]	(54.799)	-	-	-	(54.799)	-	-	-
Outros	2.110	3.892	22	(4)	4.408	5.267	33	(88)
	203.871	**190.170**	**6.150**	**6.644**	**456.377**	**394.997**	**11.644**	**12.855**

	Consolidado							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Energia vendida		Serviços prestados		Energia vendida		Serviços prestados	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	48.584	43.122	4.691	5.330	89.951	81.320	8.798	10.004
Serviço de terceiro	35.314	29.164	818	680	63.394	57.207	1.626	1.794
Material	8.273	6.979	235	249	14.993	13.634	487	448
Combustível	50.427	6.078	-	-	100.994	33.642	-	-
Royalties	36.870	27.514	-	-	77.770	54.836	-	-
Depreciação	147.022	143.260	-	-	292.770	281.956	-	-
Seguros	3.567	3.647	176	81	6.773	7.146	259	174
Taxa de fiscalização	3.154	3.206	-	-	6.338	6.412	-	-
Aluguéis	1.542	845	208	308	3.344	2.223	441	523
Reversão de passivos prescritos	(54.799)	-	-	-	(54.799)	-	-	-
Outros	2.579	4.152	22	(4)	4.587	5.737	33	(88)
	282.533	**267.967**	**6.150**	**6.644**	**606.115**	**544.113**	**11.644**	**12.855**

[17] Compensação pela utilização de recursos hídricos (Royalties)

[18] Reversão de passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

Notas Explicativas

b) Despesas com vendas e gerais e administrativas:

	Controladora							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	1.704	1.523	20.612	17.260	3.598	3.054	37.046	33.392
Administradores	-	-	5.074	4.494	-	-	10.100	8.874
Serviço de terceiro	77	115	8.923	11.081	132	262	16.983	19.521
Material	4	6	237	478	5	10	662	818
Depreciação e amortização	-	-	1.983	1.749	-	-	3.944	4.207
Aluguéis	57	46	1.508	788	113	111	3.014	2.144
Propaganda e publicidade	-	-	1.168	1.191	-	-	1.735	1.961
Indenizações	-	-	297	1.100	-	-	355	1.378
Custeio administrativo das fundações	-	-	1.070	1.239	-	-	2.230	2.353
Contribuições e doações	808	1.020	1.491	147	1.641	2.041	2.957	2.108
Outros	114	-	2.919	3.913	114	-	5.102	4.787
	2.764	**2.710**	**45.282**	**43.440**	**5.603**	**5.478**	**84.128**	**81.543**

	Consolidado							
	2º trimestre				Acumulado 6 meses			
	Com vendas		Gerais e administrativas		Com vendas		Gerais e administrativas	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Pessoal	1.704	1.523	21.018	17.561	3.598	3.054	37.756	34.027
Administradores	-	-	5.368	4.914	-	-	11.040	9.545
Serviço de terceiro	1.441	1.871	9.566	11.897	2.379	2.714	18.108	20.840
Material	4	6	239	483	5	10	668	824
Depreciação e amortização	-	-	1.990	1.755	-	-	3.955	4.220
Aluguéis	57	46	1.661	948	113	111	3.324	2.472
Propaganda e publicidade	-	-	1.168	1.191	-	-	1.735	1.961
Indenizações	-	-	1.258	1.113	-	-	1.316	1.443
Custeio administrativo das fundações	-	-	1.070	1.239	-	-	2.230	2.353
Contribuições e doações	1.307	1.421	1.611	46	2.617	3.005	3.159	2.657
Outros	232	1	3.309	4.609	430	1	5.580	4.701
	4.745	**4.868**	**48.258**	**45.756**	**9.142**	**8.895**	**88.871**	**85.043**

Notas Explicativas

26 – RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	16.313	8.455	32.412	20.777
Renda de depósitos vinculados	799	188	1.543	358
Juros sobre valores a receber	4.003	1.562	5.427	3.391
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.678	2.172	5.348	4.271
Ganho financeiro em ação judicial	-	29.256	-	29.256
Encargos financeiros sobre passivos prescritos[19]	61.408	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	5.289	1.348	8.934	2.756
	90.490	**42.981**	**115.072**	**60.809**
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	25.607	10.849	47.580	20.692
Debêntures	1.492	5.305	4.421	10.753
Concessões a pagar	36.808	22.169	72.007	43.524
Obrigações com benefícios de aposentadoria	6.244	4.968	12.487	9.935
Provisões	3.010	2.530	5.828	4.947
Variação Monetária sobre:				
Empréstimos e financiamentos	2.426	1.740	5.860	3.899
Debêntures	2.316	3.263	6.101	10.347
Concessões a pagar	13.248	5.207	48.118	15.732
Provisões	3.057	1.775	5.735	4.175
Variação cambial de empréstimos	(4.158)	22.162	(8.569)	15.412
Outras despesas financeiras	3.064	4.237	8.725	8.411
	93.114	**84.205**	**208.293**	**147.827**
Despesas financeiras, líquidas	**2.624**	**41.224**	**93.221**	**87.018**

[19] Reversão de encargos sobre passivos prescritos relacionados com compra de energia e encargos de transmissão

Notas Explicativas

	Consolidado			
	2º trimestre		Acumulado 6 meses	
	2014	2013	2014	2013
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	25.142	14.058	47.998	30.730
Renda de depósitos vinculados	3.279	2.135	6.116	3.948
Juros sobre valores a receber	3.250	1.920	4.681	4.346
Variação monetária sobre depósitos judiciais	2.713	2.194	5.417	4.337
Ganho financeiro em ação judicial	-	29.256	-	29.256
Encargos financeiros sobre passivos prescritos	61.408	-	61.408	-
Outras receitas financeiras	5.295	1.395	9.110	2.856
	101.087	**50.958**	**134.730**	**75.473**
Despesas financeiras				
Juros sobre:				
Empréstimos e financiamentos	62.312	51.783	119.633	100.213
Debêntures	1.492	5.305	4.421	10.753
Concessões a pagar	37.874	33.470	74.111	65.751
Obrigações com benefícios de aposentadoria	6.244	4.968	12.487	9.935
Provisões	3.048	2.556	5.899	5.000
Variação Monetária sobre:				
Empréstimos e financiamentos	2.426	1.740	5.860	3.899
Debêntures	2.316	3.263	6.101	10.347
Concessões a pagar	14.008	10.758	49.833	30.253
Provisões	3.106	1.801	5.856	4.240
Variação cambial de empréstimos	(4.158)	22.162	(8.569)	15.412
Outras despesas financeiras	5.480	4.978	12.527	9.988
	134.148	**142.784**	**288.159**	**265.791**
Despesas financeiras, líquidas	**33.061**	**91.826**	**153.429**	**190.318**

Notas Explicativas

27 – CONCILIAÇÃO DOS TRIBUTOS, NO RESULTADO

	Controladora							
	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	2014		2013		2014		2013	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**109.439**	**109.439**	**466.613**	**466.613**	**516.902**	**516.902**	**1.074.027**	**1.074.027**
Alíquota nominal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**
Despesa às alíquotas nominais	**(27.360)**	**(9.850)**	**(116.653)**	**(41.995)**	**(129.226)**	**(46.521)**	**(268.507)**	**(96.662)**
Diferenças permanentes:								
Equivalência patrimonial	10.521	3.788	10.018	3.606	23.189	8.348	24.332	8.760
Incentivos fiscais	1.449	-	3.370	-	5.171	-	8.464	-
Juros sobre o capital próprio	(9.945)	(3.585)	-	-	(9.945)	(3.585)	-	-
Outras	(748)	(101)	(960)	(134)	(1.480)	(196)	(1.585)	(252)
	(26.083)	**(9.748)**	**(104.225)**	**(38.523)**	**(112.291)**	**(41.954)**	**(237.296)**	**(88.154)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(21.704)	(8.499)	(106.442)	(39.648)	(133.322)	(50.180)	(233.382)	(87.400)
Diferido	(4.379)	(1.249)	2.217	1.125	21.031	8.226	(3.914)	(754)
	(26.083)	**(9.748)**	**(104.225)**	**(38.523)**	**(112.291)**	**(41.954)**	**(237.296)**	**(88.154)**
Alíquota efetiva	**23,8%**	**8,9%**	**22,3%**	**8,3%**	**21,7%**	**8,1%**	**22,1%**	**8,2%**

	Consolidado							
	2º Trimestre				Acumulado 6 meses			
	2014		2013		2014		2013	
	IR	CS	IR	CS	IR	CS	IR	CS
Resultado antes dos tributos	**119.422**	**119.422**	**483.092**	**483.092**	**545.480**	**545.480**	**1.113.981**	**1.113.981**
Alíquota nominal	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**	**25%**	**9%**
Despesa às alíquotas nominais	**(29.856)**	**(10.748)**	**(120.773)**	**(43.478)**	**(136.370)**	**(49.093)**	**(278.495)**	**(100.258)**
Diferenças permanentes:								
Diferença entre as bases de cálculo do lucro real e presumido	4.379	1.415	1.704	522	6.944	2.227	5.340	1.713
Incentivos fiscais	1.421	-	3.370	-	5.171	-	8.464	-
Juros sobre o capital próprio	(9.945)	(3.585)	-	-	(9.945)	(3.585)	-	-
Outras	795	447	(450)	27	1.333	814	(1.583)	(271)
	(33.206)	**(12.471)**	**(116.149)**	**(42.929)**	**(132.867)**	**(49.637)**	**(266.274)**	**(98.816)**
Composição dos tributos no resultado:								
Corrente	(30.018)	(11.654)	(114.944)	(42.821)	(163.114)	(61.202)	(259.213)	(96.929)
Diferido	(3.188)	(817)	(1.205)	(108)	30.247	11.565	(7.061)	(1.887)
	(33.206)	**(12.471)**	**(116.149)**	**(42.929)**	**(132.867)**	**(49.637)**	**(266.274)**	**(98.816)**
Alíquota efetiva	**27,8%**	**10,4%**	**24,0%**	**8,9%**	**24,4%**	**9,1%**	**23,9%**	**8,9%**

28 – GERENCIAMENTO DE RISCO E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Gestão de risco

A Companhia, para conduzir com mais eficiência o processo de avaliação e monitoramento de riscos dos seus negócios, mantém o Comitê de Gerenciamento de Riscos, a quem cabe: (i) promover internamente a conscientização para o tratamento do risco; (ii) definir metas e diretrizes para o seu gerenciamento; (iii) promover e sugerir melhorias nos processos de sua avaliação; e (iv) classificar e definir os procedimentos de seu controle.

Os negócios da Companhia, as condições financeiras e os resultados das operações podem ser afetados de forma adversa por qualquer um dos fatores de risco a seguir descritos:

a.1) Risco de mercado

O objetivo da utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas é o de proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Estes riscos são monitorados pelo Comitê Financeiro, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõem estratégias operacionais, sistema de controle e limites de posição e de crédito com os demais parceiros do mercado. A Companhia não pratica operações financeiras de caráter especulativo com derivativos ou relacionado a quaisquer outros instrumentos de risco.

Não houve qualquer mudança na exposição da Companhia aos riscos de mercado ou na administração e mensuração desses riscos no período de 6 meses findo em 30.06.2014, além do observado na transação a seguir mencionada.

Operação de *hedge* de valor justo

Conforme mencionado na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, em março de 2014, concomitantemente à contratação do empréstimo obtido junto ao HSBC USA, a Companhia contratou uma operação de *swap* com a subsidiária brasileira do HSBC (HSBC Brasil) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros. As liquidações de ambos os instrumentos ocorrerão exatamente nas mesmas datas, semelhante à contratação ocorrida em agosto de 2013, também com o HSBC USA.

Em função das características dos referidos instrumentos financeiros, a Companhia aplicou as regras de contabilidade de *hedge* de valor justo para o registro dos mesmos. Desta forma, tanto o instrumento de *hedge* (*swap*) quanto o empréstimo objeto do *hedge* são mensurados pelo valor justo em contrapartida do resultado, protegendo integralmente a Companhia das oscilações do dólar norte americano.

Notas Explicativas

Em 30.06.2014 os valores dos instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e a valor justos são os seguintes:

Instrumento financeiro	Valor de referência	Juros	Custo Amortizado	Ajuste a Valor Justo	Saldo Contábil
Empréstimos					
HSBC USA	US$ 90.000	1,18% a.a. + 15% (IR) = 1,3882% a.a.	198.577	1.434	200.011
Swap					
Posição ativa	US$ 90.000	1,3882% a.a.	(198.577)	(1.434)	(200.011)
Posição passiva	R$ 207.315	99,9% do CDI	209.945	(24)	209.921
Resultado do *swap*			**11.368**	**(1.458)**	**9.910**
HSBC USA	US$ 100.000	1,215% a.a. + 15% (IR) = 1,429411% a.a.	220.425	2.559	222.984
Swap					
Posição ativa	US$ 100.000	1,429411% a.a.	(220.425)	(2.559)	(222.984)
Posição passiva	R$ 230.940	97,0% do CDI	232.128	68	232.196
Resultado do *swap*			**11.703**	**(2.491)**	**9.212**

- Análise de sensibilidade para a exposição a riscos de taxas de juros e índices flutuantes e de variação de cotação de moeda estrangeira

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, e para fins de referência, está sendo apresentada a seguir uma análise de sensibilidade dos empréstimos, financiamentos, debêntures e concessões a pagar expostos a riscos da variação de taxas de juros, índices flutuantes e de variação de cotação de moedas estrangeiras.

O cenário-base provável para 30.06.2015 foi definido através das seguintes premissas disponíveis no mercado:

	Posição	Cenário	Sensibilidade		
	30.06.2014	Provável	Provável	Δ + 25%(*)	Δ + 50%(*)
Variação das taxas de juros e índices:					
- TJLP	5,0%	5,0%	-	1,2 p.p.	2,5 p.p.
- CDI	10,8%	12,0%	+1,2 p.p.	3,2 p.p.	6,5 p.p.
- IPCA	6,5%	5,9%	-0,6 p.p.	1,5 p.p.	3,0 p.p.
- IGP-M	6,2%	5,5%	-0,7 p.p.	1,4 p.p.	2,8 p.p.
Variação de moeda:	**Cotação da moeda**				
- Euro	3,01	3,42	+13,5%	4,28	5,13

(*) Variações sobre o cenário provável.

Notas Explicativas

A sensibilidade provável foi calculada com base na variação entre os índices vigentes em 30.06.2014 e as previsões destes para 30.06.2015. As demais sensibilidades apresentadas foram apuradas com base na variação de 25% e 50% sobre o cenário provável. Os efeitos adicionais que poderão ser causados no resultado financeiro consolidado da Companhia, caso os cenários se materializem, são os seguintes:

Risco nas variações das taxas de juros e índices flutuantes:

	Saldo em	Sensibilidade		
	30.06.2014	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- TJLP	2.435.909	-	(26.603)	(55.996)
- CDI	146.046	(68)	(178)	(357)
- IPCA	156.859	880	(2.364)	(4.727)
		812	**(29.145)**	**(61.080)**
Empréstimo com *hedge*				
- CDI	442.117	(4.706)	(12.434)	(24.935)
Concessões a pagar				
- IGP-M	1.193.472	8.958	(17.135)	(34.269)
- IPCA	498.761	3.011	(7.291)	(14.581)
		11.969	**(24.426)**	**(48.850)**
Total		**8.075**	**(66.005)**	**(134.865)**

A variação anual da taxa flutuante *Euribor*, em 30.06.2014, foi de 0,6 p.p. e o saldo do passivo financeiro indexado a esta taxa de juros na mesma data é de R$ 122.882. Eventuais variações dessa taxa não resultariam em impactos significativos no resultado financeiro da Companhia, motivo pelo qual os seus efeitos não foram apresentados na análise de sensibilidade anteriormente demonstrada.

Risco na variação cambial:

	Saldo em	Sensibilidade		
	30.06.2014	Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Empréstimos e financiamentos				
- Euro	**122.882**	**(16.815)**	**(35.434)**	**(70.879)**

Não foi calculada sensibilidade para a variação cambial dos empréstimos em dólar norte americano integralmente cobertos por operações de *hedge*.

a.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia administra o seu capital de modo a maximizar o retorno dos investidores por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida que proporcionem o retorno de capital aos seus investidores.

Notas Explicativas

a.3) Risco de crédito

As transações relevantes para os negócios da Companhia em que há exposição ao risco de crédito são as aplicações financeiras e as vendas de energia.

- Riscos relacionados às aplicações financeiras

As aplicações financeiras da Companhia e de suas controladas obedecem à alocação de no mínimo 90% dos recursos em Títulos Públicos Federais - na modalidade de compra final e/ou operações compromissadas - e no máximo 10% dos recursos em Títulos Privados - aquisições de CDBs de bancos elegíveis e ainda operações compromissadas com lastro em debêntures emitidas por empresas de *leasing* controladas por bancos elegíveis.

A Companhia utiliza a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de recebimento dos recursos. Os mesmos devem atender aos dois seguintes parâmetros: (i) Patrimônio Líquido de no mínimo R$ 1 bilhão; e (ii) *rating* no mínimo equivalente a AA- (S&P e Fitch) ou Aa3 (Moody's), em escala nacional.

Os recursos disponíveis da Companhia são alocados em um Fundo de Investimento Exclusivo de Renda Fixa, o qual tem como política a alocação de seu patrimônio em ativos de baixíssimo risco. Em 30.06.2014 esse fundo possuía 100% de sua carteira em ativos com risco de crédito do governo brasileiro, todos com liquidez diária e pós-fixados, atrelados à variação da Selic.

De acordo com o planejamento financeiro da Companhia, os recursos desse fundo serão utilizados no curto prazo, reduzindo substancialmente o risco de quaisquer efeitos significativos nos seus rendimentos em decorrência de uma eventual redução da taxa básica de juros da economia brasileira.

A "Política de Investimentos e Derivativos" impõe fortes restrições à realização de operações com derivativos e determina o monitoramento contínuo das exposições no caso de contratação de operação desse tipo. As operações de *swap*, mencionadas na Nota 14 – Empréstimos e Financiamentos, foram realizadas com a mesma contraparte dos respectivos empréstimos e com o objetivo exclusivo de proteção contra o risco cambial e de fluxo de caixa dos empréstimos.

- Riscos relacionados à venda de energia

Nos contratos de longo prazo firmados com distribuidoras, inclusive os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia minimiza o seu risco de crédito através da utilização de um mecanismo de constituição de garantias envolvendo os recebíveis de seus clientes.

Como forma de minimizar o risco de crédito nos contratos de venda de energia elétrica para consumidores livres, comercializadoras e geradoras, a Companhia exige em garantia padrão a fiança bancária e o CDB caucionado. Para aquelas contrapartes que queiram apresentar outra modalidade de garantia, a Companhia, através de sua área de crédito, realiza uma análise e estabelece, de acordo com sua Política de Análise de Crédito, as garantias que deverão ser exigidas dessas contrapartes.

Os créditos de todos os clientes são revisados anualmente e a sua exposição aos diversos setores da economia é avaliada periodicamente, de modo a manter a diversificação de sua carteira e a diminuir a exposição ao risco específico setorial.

O histórico de perdas na Companhia em decorrência de dificuldade apresentada por bancos e clientes em honrar os seus compromissos é praticamente nulo.

Notas Explicativas

A Companhia é avalista em diversos contratos de suas controladas com o objetivo de assegurar financiamentos.

a.4) Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez da Companhia é de responsabilidade do Comitê Financeiro, que gerencia as necessidades de captação e gestão de liquidez de curto, médio e longo prazo, através do monitoramento permanente dos fluxos de caixa previstos e realizados.

A Companhia, para assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações, utiliza uma política de caixa mínimo, revisada anualmente com base nas projeções de caixa e monitorada mensalmente nas reuniões do Comitê Financeiro. A gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimo prazo, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez e fazer frente aos desembolsos.

O caráter gerador de caixa da Companhia e a pouca volatilidade nos recebimentos e obrigações de pagamentos ao longo dos meses do ano, garantem à Companhia estabilidade nos seus fluxos, reduzindo seu risco de liquidez.

b) Categoria dos instrumentos financeiros relevantes

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	**31.12.2013**	**30.06.2014**	**31.12.2013**
Ativos financeiros				
Mensurados ao valor justo por meio do resultado:				
Aplicações financeiras	566.095	948.530	806.813	1.216.831
Depósitos vinculados	40.336	37.094	186.929	134.690
Instrumento financeiro derivativo - *swap*	-	1.115	-	1.115
Recebíveis e empréstimos:				
Caixa e depósitos bancários à vista	1.610	940	11.223	7.445
Contas a receber de clientes	432.519	403.654	660.480	744.758
Combustível a reembolsar	231.333	139.601	231.333	139.601
Valores a receber pela alienação de ativo	86.886	86.886	86.886	86.886
Dividendos a receber de controladas	81.722	141.342	-	-
	1.440.501	**1.759.162**	**1.983.664**	**2.331.326**
Passivos financeiros				
Mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	474.076	281.711	621.606	510.346
Empréstimos e financiamentos	894.471	1.062.213	2.914.940	3.111.809
Debêntures	-	174.072	-	174.072
Concessões a pagar	1.647.403	1.551.828	1.692.233	1.595.169
Obrigações vinculadas à aquisição de investimentos	-	-	70.013	16.419
Mensurados ao valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	442.117	210.679	442.117	210.679
	3.458.067	**3.280.503**	**5.740.909**	**5.618.494**

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado estão avaliados pelos preços cotados em mercado ativo (Nível 1).

Notas Explicativas

c) Valor de mercado dos instrumentos financeiros

Nas operações envolvendo instrumentos financeiros, somente foram identificadas diferenças entre os valores apresentados no balanço patrimonial e os respectivos valores de mercado, nos empréstimos e financiamentos, debêntures e concessões a pagar. Essas diferenças ocorrem principalmente em virtude desses instrumentos apresentarem prazos de liquidação longos e custos diferenciados em relação às taxas de juros praticadas atualmente para contratos similares. Na determinação dos valores de mercado, foram utilizados os fluxos de caixa futuros descontados a taxas julgadas adequadas para operações semelhantes.

	Controladora			
	30.06.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	771.589	764.509	932.786	923.807
- Em moeda estrangeira sem *hedge*[20]	122.882	119.633	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com *hedge*	442.117	442.117	209.564	209.564
Debêntures	-	-	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.647.403	2.122.140	1.551.828	1.941.075
	2.983.991	**3.448.399**	**2.997.677**	**3.375.438**

	Consolidado			
	30.06.2014		31.12.2013	
	Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Empréstimos e financiamentos				
- Em moeda nacional	2.792.058	2.784.978	2.982.382	2.976.705
- Em moeda estrangeira sem *hedge*	122.882	119.633	129.427	125.520
- Em moeda estrangeira com *hedge*	442.117	442.117	209.564	209.564
Debêntures	-	-	174.072	175.472
Concessões a pagar	1.692.233	2.178.337	1.595.169	1.994.190
	5.049.290	**5.525.065**	**5.090.614**	**5.481.451**

[20] Contabilidade de *hedge*

Notas Explicativas

29 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Valores reconhecidos em contas patrimoniais

	ATIVO				PASSIVO	
	Contas a receber				Fornecedores	
	Energia	Serviços	Outras	Dividendos a receber	Energia	Juros sobre o capital próprio
30.06.2014						
TBLC	121.381	-	-	50.000	-	-
CEE	30.485	-	-	25.567	-	-
Lages	1.183	177	-	6.155	-	-
Itasa	-	2.678	-	-	6.921	-
Ceste	-	1.491	-	-	-	-
GSELA	-	-	2.047	-	-	317.304
Outras	-	516	41	-	671	-
	153.049	**4.862**	**2.088**	**81.722**	**7.592**	**317.304**
31.12.2013	**92.029**	**4.042**	**2.498**	**141.342**	**4.947**	**168.207**

b) Valores reconhecidos em contas de resultado

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
2º trimestre de 2014						
CEE	-	-	-	-	-	1.562
Lages	1.669	532	57	-	-	-
TBLC	316.347	-	112	-	-	-
Itasa	-	4.136	-	19.257	-	-
Ceste	-	4.390	-	-	-	-
Outras	-	-	265	-	1.056	-
	318.016	**9.058**	**434**	**19.257**	**1.056**	**1.562**
2º trimestre de 2013	**239.793**	**9.286**	**557**	**23.611**	**294**	**575**

Notas Explicativas

	RESULTADO					
	Receita			Custo	Despesa	
	Suprimento de energia	Prestação de serviços de O&M	Prestação de serviços de administração	Compra de energia	Serviços de terceiros	Receitas financeiras
Acumulado 6 meses de 2014						
CEE	-	-	-	-	-	2.807
Lages	3.314	1.034	113	-	-	-
TBLC	651.283	-	225	-	-	-
Itasa	-	7.880	-	43.350	-	-
Ceste	-	8.614	-	-	-	-
Outras	-	-	530	-	1.259	-
	654.597	**17.528**	**868**	**43.350**	**1.259**	**2.807**
Acumulado 6 meses de 2013	**515.951**	**17.482**	**1.240**	**42.051**	**602**	**1.144**

As transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia compreendem basicamente a: (i) contratos de compra e venda de energia; (ii) serviços de operação e manutenção de usinas; (iii) prestação de serviços administrativos; e (iv) garantias concedidas a terceiros. Os detalhes das transações mais relevantes estão a seguir demonstrados:

c) Compromissos futuros

Os principais compromissos contratados com partes relacionadas, cujos registros no resultado ocorrerão em suas competências futuras, ao longo do prazo dos contratos, são os seguintes:

c.1) Compra e venda de energia

Contrato	MW médios	Vencimento	Índice de atualização anual	Data base de reajuste	Compromisso Futuro Base 30.06.2014
Compra:					
TBLE – Itasa	167	2030	IGP-M	Janeiro	835.877
TBLE – Itasa	61	2030	Variação do dólar + Inflação dos EUA	Outubro	537.240
Venda:					
TBLE – TBLC	1.099	2014	IGP-M	Julho	601.873
TBLE – TBLC	145	2015	IPCA	Março	171.223
TBLE – TBLC	177	2016	IPCA	Outubro	349.414
TBLE – Lages	16	2017	IGP-M	Abril	49.350
TBLC – CEE	9	2041	IPCA	Outubro	378.726
TBLC – Complexo Trairi	64	2032	IPCA	Dezembro	1.784.486

De acordo com a política comercial da Companhia, as vendas para consumidores livres são realizadas, principalmente, através da controlada TBLC que, para atender os seus compromissos contratuais, necessita comprar energia da Tractebel Energia e de outras empresas do Grupo.

A energia gerada pelos projetos eólicos Trairí está sendo comercializada no Ambiente de Contratação Livre através da controlada TBLC.

c.2) Operação e manutenção

Parte relacionada	Vigência	Índice de atualização anual	Compromisso futuro Base 30.06.2014
Itasa	16.10.2030	IGP-M	218.386
Ceste	01.05.2025	INPC (80%) e IPCA (20%)	195.343
Lages	31.03.2015	Reajuste salarial	1.597

A Companhia tem a estratégia de concentrar na Tractebel Energia as atividades de operação e manutenção das usinas de suas controladas, sempre que as mesmas não tiverem esses serviços contratados de terceiros. Os preços praticados têm como base os custos do pessoal da Tractebel Energia envolvido diretamente no desempenho dessas atividades.

c.3) Serviços administrativos

Os serviços necessários às atividades administrativas das controladas diretas e indiretas são prestados pela Tractebel Energia. Os valores contratados, com vigência de 4 anos, são inicialmente definidos com base no faturamento das controladas e reajustados anualmente pelo INPC. O valor anual contratado com suas controladas é de R$ 1.737.

d) Garantias

A Companhia é interveniente de contratos de financiamentos firmados por suas controladas diretas e indiretas com o BNDES, Bancos (Repasse BNDES) e outros agentes financeiros. As principais garantias são as demonstradas a seguir:

Banco	Tipo de garantia	Valor da dívida em 30.06.2014
BNDES e Bancos (Repasse BNDES)	Caução da totalidade das ações de emissão das seguintes empresas: CEE, Beberibe, Pedra do Sal, Areia Branca, Ibitiúva, Fleixeiras I, Guajiru, Mundaú, Trairí e Ferrari.	2.007.150
Banco do Brasil	Caução da totalidade das ações de emissão da controlada indireta Hidropower	13.319

e) Avais e fianças

A Companhia é avalista e fiadora de operações de compra de energia de determinadas controladas, cujo valor total em 30.06.2014 é de R$ 301.865. Os vencimentos das garantias estão programados da seguinte forma: R$ 110.743 em 2014, R$ 72.580 em 2015, R$ 16.601 em 2016, R$ 850 em 2017, R$ 17.084 em 2022, R$ 51.796 em 2023 e R$ 32.210 por prazo indeterminado.

f) Mútuo - Ibitiúva e Andrade Açúcar e Álcool (Andrade)

A controlada indireta Ibitiúva possui um contrato de mútuo com a Andrade - sua parte relacionada no Consórcio Andrade – concedido para a aquisição de equipamentos, máquinas e instalações, bem como para a execução das obras e serviços necessários à melhoria da eficiência do processo produtivo da usina de açúcar e álcool. A remuneração do mútuo corresponde à variação do IPCA e o contrato vence em 2025. O saldo remanescente em 30.06.2014 é de R$ 16.278.

g) Remuneração das pessoas chaves da administração

A remuneração, os encargos e os benefícios relacionados às pessoas chaves da administração nos períodos encerrados em 30.06.2014 e 30.06.2013 estão apresentados a seguir. O único benefício de longo prazo concedido pela Companhia é o de aposentadoria. Os administradores não possuem remuneração baseada em ações da Tractebel Energia.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Honorários e benefícios de curto prazo	4.853	4.601	5.393	5.086
Bônus dos administradores	3.791	2.690	4.021	2.798
Benefícios pós-emprego	204	417	239	417
Encargos sociais	1.252	1.166	1.387	1.244
	10.100	**8.874**	**11.040**	**9.545**

30 – SEGUROS

a) Riscos operacionais e lucros cessantes

A Companhia é participante da apólice de seguro internacional de danos à propriedade e interrupção de negócios - *Property Damage and Business Interruption* (PD/BI) - do programa de seguros de sua controladora GDF SUEZ. A vigência do seguro vai até 31.05.2015 e o valor da cobertura é de R$ 11.669.508 na controladora e R$ 15.110.164 no consolidado, conforme a seguir demonstrado.

	Controladora		Consolidado	
Tipo de usina	Danos materiais	Lucro cessante	Danos materiais	Lucro cessante
Usinas hidrelétricas	6.247.368	404.898	8.080.340	445.357
Usinas termelétricas	2.438.934	2.578.308	2.438.934	2.578.308
Usinas complementares (eólicas, biomassa e PCH)	-	-	1.124.286	442.939
	8.686.302	**2.983.206**	**11.643.560**	**3.466.604**

O limite máximo combinado para indenização de danos materiais e lucros cessantes é de R$ 1.455.350, por evento.

b) Riscos de engenharia

O Ceste possui seguro de risco de engenharia com cobertura de manutenção ampla de um ano após a entrada em operação das unidades da UHE Estreito. A cobertura total de manutenção ampla é de R$ 2.404.630, correspondente a R$ 963.535 relativos à participação da Companhia no consórcio.

O projeto solar possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil na obra. O seguro de risco de engenharia possui cobertura de R$ 30.963 para danos materiais e manutenção ampla, e o de responsabilidade civil na obra têm cobertura de R$ 5.000 para todo o período da obra.

Já o projeto de ampliação da Ferrari Termoelétrica S.A. possui seguro de risco de engenharia e de responsabilidade civil com cobertura de R$ 81.825 e de R$ 20.000, respectivamente, para todo o período da obra.

c) Outras coberturas

A Companhia possui ainda seguros para cobertura de riscos em transportes nacionais e internacionais, seguro de responsabilidade de conselheiros, diretores e administradores, extensivos às suas controladas, bem como seguro de vida em grupo para os seus diretores e empregados.

d) Sinistro no trimestre

No final do mês de junho de 2014, a Companhia teve a ocorrência de sinistros em duas unidades geradoras da Usina Termelétrica Jorge Lacerda e em um vertedouro da Usina Hidrelétrica Itá. O seguro contratado pela Companhia cobre os danos materiais e lucros cessantes decorrentes do sinistro. A Companhia fará os devidos registros das franquias e indenizações a serem apuradas, em suas devidas competências contábeis, a partir de julho de 2014.

31 – COMPROMISSOS DE LONGO PRAZO

A Companhia possui contratos de longo prazo, cujas informações mais detalhadas podem ser observadas nas divulgações das demonstrações contábeis de 31.12.2013.

Os principais compromissos de longo prazo da Companhia são os seguintes:

- Contratos bilaterais de compra e venda de energia elétrica;
- Contratos de conexão à rede elétrica;
- Contratos de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição (CUST e CUSD);
- Compra de gás natural;
- Operações de arrendamento mercantil;
- Contratos de construção em andamento; e
- Contratos de modernização das usinas.

Com as exceções dos novos compromissos assumidos pela Companhia devido à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A., detalhada na Nota 10 – Investimentos, e do contrato de construção do Complexo Eólico Santa Mônica, não houve nenhuma alteração significativa no presente semestre. Seguem abaixo os referidos compromissos:

a) Contrato de prestação de serviços adicionais de manutenção (O&M)

A Companhia mantém contrato de O&M com a Ferrari Agroindústria S.A., com vigência até fevereiro de 2034. Esse contrato tem por objeto a prestação de serviços adicionais associados à operação e manutenção da UTE, incluindo, mas não se limitando a:

- Revisões especiais das turbinas, geradores e sistemas elétricos a serem realizadas na periodicidade de cinco anos, a partir da entrada em operação das usinas geradoras, ou de acordo com a recomendação do fabricante, o que ocorrer primeiro;
- Serviços para melhorias do desempenho da caldeira e manutenção da performance da mesma;
- Outros serviços que se façam necessários para a execução do Projeto.

Como contraprestação aos serviços prestados, a Companhia pagará valores mensais, reajustados anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor – IPCA, e quando aplicável, a título de bônus por rendimento, um montante em reais equivalente ao valor resultante da venda de energia. As obrigações futuras relativas a este contrato, na data base 30.06.2014 são de R$ 67.073.

b) Ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari

Em fevereiro de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Siner Engenharia e Comércio Ltda., Siner Service Comercial Ltda. e Siner Eletromecânica e Comércio Ltda. referente à ampliação da Central Geradora Termelétrica UTE Ferrari. Os compromissos futuros, na data base 30.06.2014, são de R$ 65.460. O prazo previsto para entrega da obra é agosto de 2015.

c) Contrato de venda de energia elétrica

De acordo com os dados acerca da energia assegurada e dos contratos de compra e venda em vigor, o balanço energético da Companhia, já contemplando os contratos de venda de energia elétrica da Ferrari Termoelétrica S.A., mostra que a atual capacidade está com os seguintes níveis de contratação nos próximos seis anos:

	MW médios					
	2014	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**
Recursos próprios	3.529	3.534	3.530	3.550	3.573	3.573
Compras para revenda	950	623	536	403	370	350
Disponibilidade total	4.479	4.157	4.066	3.953	3.943	3.923
Disponibilidade contratada	4.308	4.085	3.794	3.195	2.629	2.255
% Contratados	96,2%	98,3%	93,3%	80,8%	66,7%	57,5%

d) Contrato de construção do Complexo Eólico Santa Mônica

Em junho de 2014, a Companhia assinou contrato com as empresas Alstom Brasil Energia e Transporte Ltda. e Bac Ltda. tendo como objeto executar a engenharia e a construção de sapatas e o projeto, o fornecimento, o transporte, a montagem, a instalação e o comissionamento de aerogeradores nas seguintes empresas:

- Central Eólica Trairí II Ltda;
- Central Eólica Cacimbas Ltda;
- Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE S.A.; e
- Usina Geradora Eólica Santa Mônica SPE II Ltda.

O compromisso futuro assumido pela Companhia como contraprestação aos serviços prestados é de R$ 369.832. O prazo previsto para a entrega da obra é julho de 2016.

Notas Explicativas

32 – INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES AO FLUXO DE CAIXA

As seguintes principais transações que não envolveram o caixa e equivalentes de caixa foram realizadas nos períodos findos em 30.06.2014 e 30.06.2013.

	Controladora		Consolidado	
	30.06.2014	30.06.2013	30.06.2014	30.06.2013
Compensação de imposto de renda e contribuição social	18.099	69.528	20.939	69.843
Fornecedores de imobilizado e intangível	(11.298)	3.484	(28.227)	75.456
Juros capitalizados sobre financiamentos	168	-	1.198	11.930
Parcelas remanescentes a pagar na aquisição de investimentos, líquidas dos depósitos vinculados	-	-	7.424	12.221

33 – EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Dividendos Intercalares

O Conselho de Administração, em reunião realizada em 25.07.2013, aprovou distribuição de dividendos intercalares, com base nas demonstrações financeiras levantadas em 30.06.2014, no valor de R$ 380.114, correspondentes a R$ 0,5823340186 por ação, equivalentes a 100% do lucro líquido ajustado do primeiro semestre de 2014.

As datas ex-dividendos intercalares e de início do pagamento dos dividendos serão posteriormente definidas pela Diretoria Executiva da Companhia. O registro contábil dos referidos dividendos ocorrerá no mês de julho de 2014.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

IDENTIFICAÇÃO DAS PROJEÇÕES

a) Objeto da projeção

Investimentos na manutenção, revitalização e ampliação do parque gerador.

A demonstração dos montantes de investimentos da Companhia segrega valores dispostos em dois grupos:

- Investimentos financiados com capital próprio, incluindo aquisições; e
- Investimentos financiados com dívidas, incluindo dívidas assumidas nas aquisições.

Ambos os modelos de projeção estão contemplados no item "d" abaixo.

As projeções realizadas são meras estimativas razoáveis que normalmente dependem de eventos futuros; portanto não podem ser consideradas como promessa de desempenho por parte da Companhia e de seus administradores.

b) Período projetado e o prazo de validade da projeção

A Tractebel Energia divulga trimestralmente ao mercado suas projeções de investimentos para o ano corrente e os dois anos subsequentes, com validade até sua concretização ou substituição por nova projeção.

c) Premissas da projeção, com a indicação de quais podem ser influenciadas pela administração da Companhia

As projeções de investimentos da Companhia se baseiam principalmente nas seguintes premissas:

- Cronograma de manutenções das unidades geradoras;
- Diagnósticos de equipamentos;
- Obrigações regulatórias; e
- Iniciativas estratégicas.

Os valores informados, projeção e realizado, não consideram juros sobre a construção (juros sobre Capital Próprio e Capital de Terceiros).

A Administração pode influenciar todas as premissas, exceto as obrigações regulatórias que escapam ao seu controle.

Em caso de alteração relevante nas premissas acima, as projeções podem ser revisadas.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

d) Valores dos indicadores que são objeto da previsão

Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 31.12.2013 a Companhia havia divulgado as seguintes projeções para os anos de 2014, 2015 e 2016:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 4ª trimestre de 2013 na DFP (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2014	2015	2016
Financiado com capital próprio	489	739	243
Total	**489**	**739**	**243**

No primeiro trimestre de 2014 as projeções foram revistas novamente, passando a apresentar a composição abaixo:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 1ª trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	192	106
Financiado com capital próprio	677	915	447
Total	**725**	**1.107**	**553**

Já no presente trimestre essas projeções foram revistas e as projeções vigentes passaram a ser as seguintes:

	Previsão para os próximos 3 anos, informada durante o 2ª trimestre de 2014 (em milhões de reais)		
Descrição / Período da projeção	2014	2015	2016
Financiado com dívida	48	192	106
Financiado com capital próprio	650	915	447
Total	**698**	**1.107**	**553**

Nota: As projeções acima não consideram os efeitos dos juros sobre o capital de terceiros incorridos sobre as construções.

d.1) Alteração nas projeções feitas durante o primeiro trimestre de 2014

Investimentos previstos para o ano de 2014

Financiado com dívida:

O aumento é decorrente do financiamento de CAPEX no valor de R$ 48 milhões relacionado à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A (Ferrari).

Financiado com capital próprio:

O acréscimo no montante previsto para 2014 decorre substancialmente: (i) do projeto Campo Largo em R$ 65 milhões; (ii) do projeto eólico Santa Mônica em R$ 91 milhões; e (iii) da termelétrica Ferrari em R$ 50 milhões.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Investimentos previstos para o ano de 2015 e 2016

Financiado com dívida:

O ingresso nos montantes previstos para os anos de 2015 e 2016 se referem ao projeto eólico Santa Mônica.

Financiado com capital próprio:

O incremento nos montantes previstos de financiamento com o capital próprio para os anos de 2015 e 2016 refere-se, essencialmente, à: (i) implantação do projeto eólico Santa Mônica (R$ 10 milhões em 2015 e R$ 57 milhões em 2016); (ii) ampliação e modernização da termelétrica Ferrari (R$ 42 milhões em 2015); e (iii) revisão global do programa de manutenção e modernização do parque gerador da Companhia no plano de longo prazo (R$ 126 milhões em 2015 e R$ 151 milhões em 2016).

d.2) Alteração nas projeções para 2014 feita durante o segundo trimestre de 2014:

Financiado com capital próprio:

O decréscimo de R$ 27 milhões no montante previsto para 2014 decorre de adequação nos valores relacionados aos investimentos no Complexo Trairi.

d.3) Investimentos realizados até o 2º trimestre de 2014:

No 2º trimestre de 2014 foram realizados investimentos na ordem de R$ 112 milhões, dos quais R$ 57 milhões direcionados à aquisição do projeto Campo Largo S.A. Fase II e III, R$ 30 milhões foram aplicados na construção de novas usinas e R$ 25 milhões foram destinados aos projetos de manutenção e revitalização do parque gerador da Companhia.

O investimento acumulado no semestre atingiu o montante de R$ 369 milhões, dos quais: (i) R$ 176 milhões direcionados à aquisição da Ferrari Termoelétrica S.A. (Ferrari); (ii) R$ 57 milhões direcionados à aquisição das empresas CLWP Brasil II Participações Ltda. (CLWP II) e CLWP Brasil III Participações Ltda. (CLWP III); (iii) R$ 92 milhões foram aplicados na construção de novas usinas (Complexo Eólico Trairi, Ferrari e Santa Mônica); e (iv) R$ 44 milhões foram destinados ao programa de manutenção de longo prazo de usinas existentes.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras informações que a Companhia entenda ser relevantes

Não há outras informações consideradas relevantes pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da
Tractebel Energia S.A.
Florianópolis - SC

Introdução
Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Tractebel Energia S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão
Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas
Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos
Demonstrações do valor adicionado
Revisamos, também, as Demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Florianópolis, 25 de julho de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC SC-000071/F-8

Claudio Henrique Damasceno Reis
Contador CRC SC-024494/O-1

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de julho de 2014.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nas Demonstrações Contábeis da Companhia (individual e consolidada), bem como, concordam com a opinião dos auditores independentes da Companhia, KPMG Auditores Independentes referenciadas no Relatório de Revisão Especial dos Auditores Independentes a seguir apresentado.

Manoel Arlindo Zaroni Torres
Diretor Presidente

Eduardo Antonio Gori Sattamini
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

José Luiz Jansson Laydner
Diretor de Desenvolvimento e Implantação de Projetos

Edson Luiz da Silva
Diretor de Planejamento e Controle

José Carlos Cauduro Minuzzo
Diretor de Produção de Energia

Marco Antônio Amaral Sureck
Diretor de Comercialização de Energia

Luciano Flávio Andriani
Diretor Administrativo

Florianópolis, 25 de julho de 2014.